

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
DEPARTAMENTO DE JORNALISMO

JORNALISMO E INVISIBILIDADE SOCIAL:
Uma crítica à cobertura do Diário Catarinense sobre a Ocupação Amarelado

Luciane Gonçalves Toledo

Florianópolis
Novembro, 2016

Luciane Gonçalves Toledo

JORNALISMO E INVISIBILIDADE SOCIAL:
Uma crítica à cobertura do Diário Catarinense sobre a Ocupação Amarelido

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Jornalismo, do Centro de Comunicação e Expressão, da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito para a aprovação na disciplina de Projetos Experimentais em Comunicação, ministrada pela Prof. Fernando Crocomo, no segundo semestre de 2016.

Orientador: Jorge Kanehide Ijuim

Florianópolis
Novembro, 2016

FICHA DO TCC – Trabalho de Conclusão de Curso – JORNALISMO UFSC		
ANO	2016	
ALUNO	Luciane Gonçalves Toledo	
TÍTULO	JORNALISMO E INVISIBILIDADE SOCIAL: Uma crítica à cobertura do Diário Catarinense sobre a Ocupação Amarildo	
ORIENTADOR	Prof. Dr. Jorge Kanehide Ijuim	
MÍDIA	<input type="checkbox"/> Impresso	
	<input type="checkbox"/> Rádio	
CATEGORIA	<input type="checkbox"/> TV/Vídeo	
	<input type="checkbox"/> Foto	
	<input type="checkbox"/> Web site	
	<input type="checkbox"/> Multimídia	
	<input checked="" type="checkbox"/> Pesquisa Científica: monografia	
	<input type="checkbox"/> Produto Comunicacional	
	<input type="checkbox"/> Produto Institucional	
	<input type="checkbox"/> Produto Jornalístico (inteiro)	Local da apuração:
	<input type="checkbox"/> Reportagem	<input checked="" type="checkbox"/> Florianópolis <input type="checkbox"/> Brasil
	<input type="checkbox"/> livro-reportagem ()	<input type="checkbox"/> Santa Catarina <input type="checkbox"/> Internacional
	<input type="checkbox"/> Região Sul País:	
ÁREAS		
RESUMO	<p>Este Trabalho de Conclusão de Curso, uma monografia, aborda a cobertura da imprensa regional sobre a Ocupação Amarildo em Florianópolis, que ocorreu no período de dezembro de 2013 a julho de 2014. O estudo analisou reportagens, colunas e editoriais do jornal Diário Catarinense, publicadas sobre o caso. Para isso, utilizei a metodologia da Análise da Narrativa de Motta (2008). Como base teórica me debruicei nos estudos de Boaventura de Sousa Santos que, por uma visão pós-colonial, reflete sobre o pensamento abissal e a sociologia das ausências e das emergências. A pesquisa me permitiu apresentar inferências que destacam a problemática da manutenção da invisibilidade de movimentos sociais na mídia catarinense.</p> <p>Palavras-chave: Jornalismo; Imprensa Catarinense; Pensamento Pós-Abissal; Movimentos Sociais; Ocupação Amarildo.</p>	

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso, uma monografia, aborda a cobertura da imprensa regional sobre a Ocupação Amarildo em Florianópolis, que ocorreu no período de dezembro de 2013 a julho de 2014. O estudo analisou reportagens, colunas e editoriais do jornal Diário Catarinense, publicadas sobre o caso. Para isso, utilizei a metodologia da Análise da Narrativa de Motta (2008). Como base teórica me debrucei nos estudos de Boaventura de Sousa Santos que, por uma visão pós-colonial, reflete sobre o pensamento abissal e a sociologia das ausências e das emergências. A pesquisa me permitiu apresentar inferências que destacam a problemática da manutenção da invisibilidade de movimentos sociais na mídia catarinense.

Palavras-chave: Jornalismo; Imprensa Catarinense; Pensamento Pós-Abissal; Movimentos Sociais; Ocupação Amarildo.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	5
1. A LUTA PELA TERRA NO BRASIL	7
1.1 - A OCUPAÇÃO DE TERRA EM SANTA CATARINA.....	11
1.2 - O JORNAL DIÁRIO CATARINENSE	12
2. REVISITA À OCUPAÇÃO AMARILDO	14
2.1 – Reconstrução do acontecimento	15
2.2 – Identificação dos conflitos	22
2.3 - Construção discursiva dos personagens	28
2.4 - Estratégias comunicativas	32
2.5 - Relação comunicativa	35
2.6 – Metanarrativas	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS: Superando a invisibilidade.....	41
REFERÊNCIAS	46
MATÉRIAS CONSULTADAS	49

INTRODUÇÃO

A questão da terra no Brasil é conhecida desde o descobrimento. Até os dias atuais diversos episódios de distribuição privilegiada foram presenciados e, com isso, conflitos e mobilizações foram se formando ao longo do tempo. No século XX nasceu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o mais significativo movimento de luta pela terra no Brasil.

A improdutividade nos grandes latifúndios, a insegurança alimentar que assola mais de 52 milhões de pessoas e a concentração e lucratividade da terra nas mãos de poucos são alguns dos motivos para o surgimento de acampamentos em todo o Brasil.

Florianópolis registrou a primeira ocupação urbana-rural de Santa Catarina, em dezembro de 2013. Cerca de 500 famílias, a maioria moradores do bairro Serrinha, cansados dos altos custos com aluguel e das promessas do poder público, decidiram viver em um terreno às margens da SC-401, no bairro Jurerê.

A Capital Catarinense está na lista das 15 cidades com o custo de vida mais alto do país, segundo pesquisa divulgada na revista Exame em 2014. O aumento constante nos valores de aluguéis foi um motivador para as famílias ocuparem o local. Muitos dos integrantes eram trabalhadores assalariados da construção civil vindos de outras cidades e estados. O terreno era supostamente grilado por Artêmio Paludo, ex-deputado da extinta ARENA, partido que apoiou a ditadura militar no Brasil.

O movimento durou sete meses e passou por diversos conflitos que a imprensa cobriu. Em julho de 2014, e após passarem por Maciambu, no município de Palhoça, e pelo Bairro Rio Vermelho, em Florianópolis, foram contemplados pelo Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), recebendo uma área de 140 hectares no município de Águas Mornas, cerca de 40km da Capital. Durante a ocupação, a imprensa catarinense relatou o caso nas páginas e colunas. Os integrantes e representantes do movimento foram descritos e relatados sempre como invasores.

A maneira como a imprensa aborda os conflitos de terra no país e o *modus* de fazer jornalismo no século XXI, foram alguns dos estímulos para a escolha do objeto de estudo desta monografia. Como objeto empírico, examinei as páginas do jornal Diário Catarinense sobre o que ocorreu de dezembro de 2013 a julho de 2014. E, para isso, foi preciso analisar o material publicado no jornal; identificar as narrativas jornalísticas e das opiniões de colonistas; e analisar a abordagem do jornal sobre a Ocupação Amarildo e os seus integrantes.

Ao analisar o material publicado, procurei identificar nas narrativas – reportagens e opiniões – o comportamento do jornal diante deste fenômeno social. Para atingir os objetivos foi adotada a metodologia da Análise da Narrativa de Luiz Gonzaga Motta (2007). Segundo o autor, as narrativas midiáticas são elaboradas estrategicamente com o uso de recursos linguísticos para atingir fins intencionais e objetivados. Esse discurso é construído em contextos políticos e com intenção de certos efeitos, sejam eles conscientes ou inconscientes, além de serem elaborados com “uma retórica que realiza a finalidade desejada” (MOTTA, 2007, p. 145). Isso influencia diretamente na interpretação do destinatário da mensagem. Para o autor, “as narrativas e narrações são dispositivos discursivos que utilizamos socialmente de acordo com nossas pretensões” (MOTTA, 2007, p. 145). E são comumente utilizadas como forma de poder e de hegemonia pelos meios de comunicação. Desse ponto de vista, a narrativa é uma forma de análise cultural da sociedade, e serve para a compreender muito mais que mitos e fábulas, mas sim a cultura política da sociedade (MOTTA, 2007).

Como apoio teórico, recorri aos estudos de Boaventura de Sousa Santos, em especial sobre o Pensamento abissal e a Sociologia das ausências e das emergências. Tais reflexões me auxiliaram na identificação da postura do jornal diante do caso.

As relações desiguais entre o Norte e Sul foram constituídas pelo colonialismo. Entretanto, “enquanto relação política não acarretou o fim do colonialismo enquanto relação social, enquanto mentalidade e forma de sociabilidade autoritária e discriminatória” (SANTOS, 2004, p.8). O pensamento pós-colonial parte da ideia de que as estruturas de poder e educação se tornam mais visíveis a partir dos marginalizados e das periferias.

Foram adotadas as observações de Nilson Lage sobre a notícia para tratar do questionamento sobre o atual jornalismo praticado nas redações. Recorri a Mayra Rodrigues Gomes e Manuel Carlos Chaparro para abordar das influências ideológicas no fazer da notícia.

A monografia está disposta em dois capítulos. No primeiro, contextualizo a luta pela terra no Brasil, faço o histórico de formação e o desenvolvimento da Ocupação Amarildo em Florianópolis. Em seguida, descrevo a constituição do MST no estado e o direito à propriedade privada; e caracterizo o jornal Diário Catarinense. No segundo, descrevo o corpus da pesquisa e a interpretação das narrativas analisadas. Por fim, são apresentadas as considerações finais onde explico as inferências verificadas sobre o comportamento do Diário Catarinense diante da Ocupação Amarildo.

1. A LUTA PELA TERRA NO BRASIL

A luta pela terra no Brasil tem origem na colonização e seu motivador são fatores como o latifúndio, a questão da insegurança alimentar de parte da população, a concentração da terra nas mãos de poucos e a lucratividade num país agrário.

A história coleciona situações de opressão e conflito pela terra. Primeiro foi a dominação dos índios e do território, em seguida a divisão do país em Capitânicas Hereditárias, cujos proprietários eram indicados pelo rei e a terra era passada de pai para filho. Nos séculos XIX e XX, revoltas populares foram motivadas pela questão da distribuição da terra, como a Guerra de Canudos, na Bahia, e a Guerra do Contestado, no Sul do Brasil. Em meados da década de 1950, começaram a surgir as Ligas Camponesas e outros apoiadores ao acesso à terra como o Partido Comunista (PC) e a Igreja Católica conservadora, que atuavam como agentes de mobilização social no campo, promovendo sindicalização (REIS, 2012). Mas foi na década de 1980 que surgiu o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), o maior e mais significativo grupo contra o latifúndio e a colonização de propriedades rurais.

O Brasil tem como política econômica a produção de uma única cultura em grandes espaços de terra, a chamada monocultura. Desde o século XVI já tivemos como base econômica para a exportação o café, a cana de açúcar e a soja. Esse tipo de exploração agrícola é desenvolvido em grandes latifúndios concentrando apenas uma cultura. No decorrer do tempo as grandes fazendas foram trocando a mão-de-obra humana por máquinas, causando grande impacto nas comunidades próximas que, em muitos casos, tiveram que ir em busca de trabalho na cidade.

O processo de industrialização no país aconteceu a partir da década de 1930, principalmente com o declínio na exportação do café, no governo de Getúlio Vargas. Foram implantadas as indústrias de base como recurso à nacionalização econômica para estimular outros ramos industriais. Foram criadas a Petrobras, a Vale do Rio Doce e a Siderúrgica Nacional. Já nos anos de 1950, Juscelino Kubitschek implantou o Plano de Metas para compensar o atraso econômico do país. Com isso, baseou a economia na internacionalização da indústria, abriu a economia para o capital estrangeiro trazendo principalmente a indústria automobilística. Essa conjuntura facilitou o fluxo do comércio de produtos internacionais e, assim, facilitou a importação e o desenvolvimento de indústrias de máquinas para praticamente todas as áreas de produção, incluindo a agrícola. Segundo

João Amato Neto (1985), em 1959 foi instituído o Plano Nacional de Indústria de Tratores de Rodas. Nesta ocasião surgiu o êxodo rural.

Em aproximadamente duas décadas, de 1960 a 1980, o êxodo rural contribuiu para o aumento na urbanização do país. A migração de agricultores para as cidades contribuiu também para a expansão das periferias nas grandes cidades e, conseqüentemente, para o aumento do desemprego.

Outro fator que ainda contribui para o êxodo rural é a insegurança alimentar. Segundo o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), somos o primeiro produtor e exportador de café, açúcar, etanol e suco de laranja do mundo. Além disso, lideramos o ranking de vendas externas de soja, que é o principal gerador de divisas cambiais. No início de 2010, um em cada quatro produtos do agronegócio em circulação no mundo era brasileiro. Em contrapartida, de acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2013, mais de 52 milhões de brasileiros apresentavam alguma restrição alimentar. Esses dados apontam para a priorização da exportação agrícola sem pensar e criar uma política, por parte do governo, que assegure que todos os cidadãos se alimentem de forma adequada. Os latifúndios produzem em grande escala apenas um cultura agrícola com o uso de máquinas e exportam toda a produção. Em suma, esses são alguns dos fatores determinantes para a formação de movimentos que lutam pela terra no país.

A falta de emprego e a especulação imobiliária são apenas dois dos motivos que estimulam pessoas a aderirem aos movimentos de ocupação, principalmente nas grandes cidades. Em 1789, o lema da Revolução Francesa era “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”. A “liberdade” foi se adaptando ao modo de vida capitalista transformando o homem livre para trabalhar e conseqüentemente adquirir propriedades. No decorrer dos séculos e com a hegemonia do pensamento capitalista, a máxima “liberdade” passou a ser o direito à propriedade privada. Este direito está disposto na Constituição Federal Brasileira, no Artigo 170 do Capítulo I. Trata dos Princípios Gerais da Atividade Econômica, como segue:

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade.

(BRASIL, 2008, p.64).

Do ponto de vista de que existem inúmeras propriedades improdutivas e famílias sem-terra na luta por um espaço para produzir, é sempre delicado tratar sobre propriedade privada, visto que mesmo sendo um direito constitucional ainda é foco de muitos conflitos e disputas socioeconômicas.

O conceito de propriedade privada da forma como conhecemos hoje levou anos para ser concebido. As inúmeras mudanças nesse conceito deram-se principalmente por conta das organizações políticas existentes. Na Roma antiga, a propriedade privada recaía principalmente aos bens móveis, a terra era distribuída aos cidadãos de forma que eles cuidavam do espaço. Não eram proprietários. Em meados do Século I, o imperador bizantino Justiniano transferiu toda a terra que antes era privada para o Império, criando um conceito de domínio unitário da terra. Já na Idade Média, os bens imóveis perderam o caráter exclusivista e voltaram a ligar-se à soberania nacional. Foi com a Revolução Francesa que a ideia romana de individualidade da propriedade voltou com o Código de Napoleão (CASTRO, 2011).

Mas foi no Século XIX que “esse exagerado individualismo é superado pela revolução e o desenvolvimento industrial e com as doutrinas sociais, através da busca por um sentido social da propriedade” (CASTRO, 2011, p. 1). E foi nesse contexto que surgiram com mais força os conflitos pela terra. A importância dos bens móveis e imóveis tomou uma proporção muito grande. Tal é pela relevância da propriedade privada a partir do crescimento populacional e da “[...] má distribuição da renda, que são mazelas quase que mundiais” (CASTRO, 2011, p. 1).

Nos dias de hoje, segundo Tainá de Castro (2011), o Estado tem cada vez mais poder de intervir na propriedade privada e deve regulamentar sobre isso, além de fornecer instrumentos de proteção ao seu direito constitucionalizado “contra a intervenção de terceiros ou do próprio Poder Público”. E é justamente isso que “cria medidas legais, efetivas e justas para tornar qualquer bem útil e produtivo no âmbito da questão social e axiológica, considerando que a má utilização e não utilização do imóvel causam inquietação social, gerando violência e injustiça” (CASTRO, 2011, p. 2).

A partir daí, é possível pensar no bem imóvel como direito e função social. Uma das características da propriedade privada é o uso produtivo da terra. A sua função social se estende aos limites urbanos e rurais. É no art. 182, §2º da Constituição que “a propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor”. E para tratar da propriedade rural o art. 186 da Constituição dispõe,

A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:

I – aproveitamento racional e adequado;

II – utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;

III – observância das disposições que regulam as relações de trabalho;

IV – exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

(BRASIL, 2008, p.64)

A Constituição Federal também dispõe dos requisitos para a desapropriação de áreas para a Reforma Agrária, principal reivindicação e objetivo dos movimentos sociais de luta pela terra.

Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.

§ 1º As benfeitorias úteis e necessárias serão indenizadas em dinheiro.

§ 2º O decreto que declarar o imóvel como de interesse social, para fins de reforma agrária, autoriza a União a propor a ação de desapropriação.

§ 3º Cabe à lei complementar estabelecer procedimento contraditório especial, de rito sumário, para o processo judicial de desapropriação.

§ 4º O orçamento fixará anualmente o volume total de títulos da dívida agrária, assim como o montante de recursos para atender ao programa de reforma agrária no exercício.

§ 5º São isentas de impostos federais, estaduais e municipais as operações de transferência de imóveis desapropriados para fins de reforma agrária.

(BRASIL, 2008, p.64)

A propriedade privada é, segundo Daniela Calmon e David Pinto (2010 p. 136), uma forma de consolidação do capitalismo e uma de suas faces mais cruéis. Cumpre uma “função bem específica de legitimação ideológica: escondem-se os objetivos reais das classes dominantes e o funcionamento estrutural do capitalismo atrás de promessas belas, que são garantidas por escrita”. A função social da propriedade não é efetivada visto que o Poder Político não tomou nenhuma atitude sobre a Reforma Agrária, o domínio do latifúndio e a concentração ilimitada.

Esse não cumprimento da função social da propriedade aponta um dos problemas atuais do Brasil, o conflito pela terra e a organização de movimentos dos sem-terra. Bernardo Mançano Fernandes aponta que “no Brasil, existem hoje 360 milhões de hectares de terras agriculturáveis, mas somente em torno de 100 milhões estão produzindo” (*apud* CALMON e PINTO 2010, p. 139). Ou seja, são 260 milhões de hectares disponíveis.

Assim sendo, os sem-terra constituem, antes de mais nada, um contingente populacional organizado disposto a recriar a condição camponesa ao ocupar os 260 milhões de hectares de terras ‘que não estão produzindo’, mas que são, em grande parte, potencialmente produtivas para a agricultura (FERNANDES *apud* CALMON e PINTO, 2010, p. 139).

1.1 - A OCUPAÇÃO DE TERRA EM SANTA CATARINA

O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra surgiu em Santa Catarina nos anos 1980 num contexto de grande êxodo rural devido a implementação maciça da mecanização e de insumos agrícolas, que precarizou a mão-de-obra do agricultor e deixou um grande número de trabalhadores rurais desempregados, além da expansão das áreas industriais que atraíram esses trabalhadores (GOMES, 2005). Segundo Teresa Lisboa (1997), o movimento se consolidou de fato no estado na ocupação da Fazenda Burro Branco, na região Oeste, em maio de 1980. “O MST, no final dos anos oitenta, evidencia uma quebra de paradigma da indústria como fonte de absorção do êxodo rural”. (AUED, 2004 *apud* GOMES, 2005, p. 249).

Já são 36 anos de luta pela terra em Santa Catarina. O desemprego, a falta de oferta de trabalho, a especulação imobiliária e o alto custo de vida nas grandes cidades também geram êxodos. Mas, nesse caso, o sistema expulsa os trabalhadores da cidade para outras áreas. Nesse sentido, segundo Ivana Gomes (2005), podemos destacar a experiência do MST no estado em 2002, quando famílias que residiam na periferia da cidade de Palhoça foram para uma ocupação. A autora afirma que “o MST participa de reuniões nas periferias das cidades e, através do apoio dos sindicatos dos trabalhadores urbanos, busca construir a união entre o MST e os setores urbanos” (GOMES, 2005, p. 32) em combate ao desemprego, à violência e à miséria nas grandes cidades.

Em 2013, Santa Catarina registrou mais uma invasão urbana-rural, desta vez em Florianópolis. Moradores do Bairro Serrinha, em conjunto com integrantes e ex-integrantes do MST, criaram a Ocupação Amarildo de Souza¹ e decidiram viver em um terreno às margens da rodovia SC-401, que dá acesso ao norte da Ilha. As primeiras barracas foram instaladas no dia 16 de dezembro de 2013. No primeiro cadastro feito pelo Incra, 489 pessoas, de pelo menos 21 estados, estavam acomodadas no acampamento às margens da rodovia.

¹ O nome dado à ocupação foi uma homenagem ao ajudante de pedreiro Amarildo de Souza que desapareceu depois de ser detido pela polícia do Rio de Janeiro, em 2013, na Favela da Rocinha. O caso de Amarildo se tornou símbolo de ocorrências de abuso de autoridade e violência policial.

O terreno, com mais de 200 hectares, que antes era da União fica próxima a uma região supervalorizada da cidade. O valor mais alto de área no bairro de Jurerê chega a valer quase R\$ 10.000,00 o metro quadrado². O terreno ocupado teria sido grilado por Artêmio Paludo, ex-deputado da extinta ARENA³, um dos sócios fundadores da empresa Seara e atualmente sócio de outras oito empresas no estado de Santa Catarina. Segundo a Secretaria de Patrimônio da União, a SPU, o terreno pertence ao empreendimento Florianópolis Golf Clube, do empresário.

A principal motivação da ocupação foi a alta constante nos preços dos aluguéis. Muitos dos integrantes eram trabalhadores da construção civil que vieram de outros estados na década de 1980. A maioria vivia em morros da cidade e tinha condições financeiras precárias. O movimento durou sete meses e, nesse período, passou por diversos conflitos que a mídia local acompanhou. Às margens da SC-401, o grupo permaneceu por quatro meses; em seguida foi transferido pelo poder público para o bairro Maciambu, em Palhoça, em um terreno do Instituto Kairós, de sete hectares, onde ficaram por alguns dias. Em seguida tentaram ocupar outro terreno no bairro Rio Vermelho, mas sem sucesso voltaram para Palhoça e quase três meses depois foram contemplados pelo Incra, recebendo uma área com cerca de 140 hectares no município de Águas Mornas, a 40 quilômetros da capital.

A Ocupação tomou as páginas do maior jornal de Florianópolis um dia depois da formação do acampamento. Entretanto, durante todo o período de ocupação, nos três locais por onde passaram, alguns episódios tiveram mais destaque midiático. Foram eles: a transferência do grupo da SC-401 para Palhoça e a ocupação no bairro Rio Vermelho. As matérias publicadas, principalmente nestes episódios, despertou o questionamento sobre o *modus* de fazer jornalismo utilizado ainda nos dias atuais. Um jornalismo que julga e marginaliza movimentos sociais.

1.2 - O JORNAL DIÁRIO CATARINENSE

O Diário Catarinense tem abrangência estadual e foi fundado em maio de 1986, em Florianópolis, pela Rede Brasil Sul (RBS). É o impresso de maior tiragem e mais ampla circulação no estado. De acordo com informações institucionais disponíveis no site, o Diário Catarinense é o jornal mais acessado na internet, dentre os concorrentes em Santa

² Informações pesquisadas no site de notícias Floripa Amanhã.

FLORIPA AMANHÃ. As vozes de um conflito. Floripa Amanhã, Florianópolis, 31 jan. 2014. Disponível em: <http://floripamanha.org/2014/01/as-vozes-de-um-conflito/> Acesso em: 13 nov. 2016.

³ Informações retiradas do registro de candidato à Câmara de Deputados em 1986.

Catarina⁴. Segundo a editoria do jornal⁵, até setembro de 2016 foram 54,8 milhões de acessos e mais de 87 milhões de visualizações nas páginas online. O diário também tem grande alcance nas redes sociais. A página do Facebook possui 900 mil seguidores; no Instagram são 85,5 mil e no Twitter 322 mil seguidores.

O número de leitores do Diário Catarinense é de mais de 47 mil pessoas, visto que hoje, a tiragem é de 30 mil exemplares impressos e 17 mil assinaturas digitais. Segundo Dulce Crz (1996), a maioria desses leitores pertencem às classes A e B, cerca de 68%. Isso significa que os leitores dessa publicação são as pessoas com maior poder aquisitivo, a elite do estado.

O jornal foi implantado sete anos depois da instalação do primeiro canal de TV em Santa Catarina, pelo grupo RBS. No primeiro ano de atuação, já alcançava o 5º lugar entre os maiores jornais do país. A tiragem era de 150 mil exemplares diários em formato tabloide. Em 1987, o Diário Catarinense ganhou o prêmio Esso na categoria de melhor contribuição à imprensa, depois de ter a primeira redação totalmente informatizada na época⁶.

Quando o Diário Catarinense foi criado pela Rede Brasil Sul, o sistema de transmissão televisiva da RBSTV já estava em funcionamento em quatro cidades de Santa Catarina: Florianópolis, Joinville, Blumenau e Chapecó; e a rede de rádio também se expandia por todo o estado. Na época, a intensão do Grupo, que já detinha a maioria dos meios de comunicação, era integrar Santa Catarina por meio de seus veículos (COSTA e FLORES, 2015).

O que o próprio grupo chama de “integrar” o estado, pode ser considerado como dominar os meios e equalizar as publicações e o pensamento dos leitores. E como a grande maioria desses leitores é a elite, logo, monopolizando a mídia tem-se um pensamento hegemônico de classe sendo mantido e reproduzido. Entre esses pensamentos classistas está a criminalização ou marginalização de grupos sociais. Se tratando de movimentos de luta pela terra, o conflito de ideais é ainda maior. Afinal, a propriedade privada faz parte dessa dominação da elite em relação às outras classes sociais subalternizadas.

⁴ Diário Catarinense. Diário Catarinense, Florianópolis. Disponível em: <https://www.assinanterbs.com.br/portal/portal-do-assinante/sobre/institucional>. Acesso em: 9 out 2016.

⁵ Entrevista concedida por e-mail pelo editor Jeferson Cioatto.

⁶ Diário Catarinense completa 25 anos e inicia agenda de comemorações. Diário Catarinense, Florianópolis. Disponível em: <http://gruporbs.clicrbs.com.br/blog/2011/05/03/diariocatarinense-completa-25-anos-e-inicia-agenda-de-comemoracoes/>. Acessado em 2 set 2014.

2. REVISITA À OCUPAÇÃO AMARILDO

Para desenvolver esta monografia e alcançar os objetivos, foram localizadas as matérias publicadas no jornal Diário Catarinense durante o período de dezembro de 2013 a julho de 2014 em formato impresso.

Foram encontradas 72 publicações, sendo 34 reportagens, 18 opiniões de colunistas e cinco editoriais. A partir da metodologia da Análise da narrativa de Motta (2007), foi selecionada uma amostragem de dez reportagens; cinco artigos de colunistas; dois editoriais; e duas notas.

Quadro 1- Títulos das matérias analisadas

	Título	Data
Reportagens	Grupo invade área no Norte da Ilha	17/12/2013
	Famílias querem Reforma Agrária no Norte da Ilha	21/01/2014
	Ao menos 120 acampados recebem benefícios sociais	25/01/2014
	Dois meses para a desocupação	08/02/2014
	Os rumos da invasão	14/04/2014
	Número de pessoas cai de 750 para 150	17/04/2014
	Capítulos de uma reação inesperada	22/04/2014
	Che Rui: Sonho revolucionário, família no font e música de Raul	27/04/2014
	Ocupação vai para Canoinhas	15/05/2014
	Prefeito de Águas Mornas se diz descontente com mudança da Ocupação Amarildo para o município	04/07/2014
Coluna Moacir Pereira	Invasões ilegais e políticas	21/01/2014
	Invasão	04/02/2014
	A invasão e os precedentes	07/02/2014
	Invasão: a violência e os equívocos	08/02/2014
	Índio fajuto	17/02/2014
Coluna Visor	Recrutamento	23/01/2014
	Amarildo é chique	24/01/2014
Editorial	Um vácuo preocupante	21/04/2014
	Com as próprias mãos	22/04/2014

Fonte: Produzido pela pesquisadora (2016).

Para fazer a identificação das narrativas das matérias publicadas recorri à adaptação da Narratologia ao jornalismo conforme proposto por Motta. Esta trabalha a ideia de *recomposição do acontecimento*, a *identificação de conflitos*, a *construção discursiva de personagens*, as *estratégias comunicativas*, a *relação comunicativa* e a *metanarrativa*.

A narrativa é uma forma de contar uma história impregnada pela narratividade, a “qualidade de escrever algo enunciando uma sucessão de estados de transformação. É a enunciação de estados de transformação que organiza os discursos narrativos, produz significação e dá sentido às coisas e aos nossos atos” (MOTTA (2007, p. 143). Notícias sobre um mesmo tema publicadas dia após dia, aparentemente não possuem narratividade, entretanto sua metodologia propõe analisar essas notícias como uma história única, um único acontecimento. “Juntar o que a dinâmica da atividade jornalística separa. Reunir as notícias diárias em episódios e sequências maiores, como se fossem um acontecimento único e singular” (MOTTA, 2007, p. 146).

Quando unificamos fatos isolados em uma única narrativa, criamos desfechos, clímax, etc. É desta forma que se constroem as realidades da vida no mundo em vivemos. As expressões criativas se transformam em realidade manifesta. “As narrativas são formas de relação que se estabelecem por causa da cultura, [...] com interesses, desejos, vontades e sob o constrangimento e as condições sociais de hierarquia e de poder” (MOTTA, 2007, p. 146).

Para o autor, toda narrativa tem uma intenção, um propósito, e a análise da narrativa não pode deixar de levar isso em conta, precisa compreender as estratégias elaboradas pelo emissor e a interpretação do leitor.

2.1 – RECONSTRUÇÃO DO ACONTECIMENTO

O primeiro movimento da análise da narrativa proposta por Motta é o de *reconstrução do acontecimento*. Quando reconstruímos a narrativa a partir das notícias aparentemente desconectadas é possível enxergar o fato como um todo por meio do olhar do produtor. As reportagens intituladas “Grupo invade área no Norte da Ilha”, “Os rumos da invasão”, “Capítulos de uma reação inesperada”, “Prefeito de Águas Mornas se diz descontente com mudança da Ocupação Amarildo para o município” mostram a sequência do evento; o início, o meio e o fim da nova narrativa. Por essa ótica, identifica-se a serialidade da Ocupação Amarildo. A partir desta seleção é possível observar com mais clareza o conflito sobre a terra no país, a luta de classes, os poderes do capitalismo em relação às classes subalternizadas e o jornalismo praticado pelo Diário Catarinense.

Os artigos de opinião: “Invasões ilegais e políticas”, “Invasão”, “Índio fajuto”, “A invasão e os precedentes”, “Invasão: a violência e os equívocos”, “Recrutamento” e “Amarildo é chique” são exemplos da marginalização do movimento e da manutenção do

discurso do senso comum de que sem-terra é desocupado e indigno de lutar por um espaço para produzir.

Nos editoriais intitulados “Um vácuo preocupante” e “Com as próprias mãos”, a postura conservadora do jornal fica explícita. No primeiro caso o jornal aponta para uma postura de preocupação por parte das pessoas, como se pode constatar neste trecho:

Certamente as pessoas usadas aparentemente para atrair a atenção de todos não são, pois elas – incluindo mulheres e crianças – estão vivendo em condições insalubres, em barracas de plástico e lona sob toda a espécie de intempérie, como o calor inclemente do verão e as chuvas e trovoadas do outono (DIÁRIO CATARINENSE, 21 abr. 2015).

Em seguida, é possível observar a opinião contra o movimento: “É hora de governo de Estado, governo municipal, e representantes dos órgãos federais (Incrá, por exemplo), Judiciário e Ministério Público, sentarem em busca de uma solução definitiva. Definitiva.”

E ainda:

Quando no dia a dia dos catarinenses se impõe a pauta de um grupo que a sociedade não reconhece ou não entende em sua plenitude. Uma vez que seus representantes usam a condenável tática de invasão de áreas privadas como apresentação, algo está em descompasso. (DIÁRIO CATARINENSE, 22 abr. 2016)

No editorial “Com as próprias mãos”, o jornal revela indignação sobre o episódio em que os moradores do bairro Rio Vermelho reagiram contra os ocupantes do movimento. É revelada a admiração e a legitimidade que o jornal dá à força militar e a segurança pública, como segue no trecho: “É de se louvar a oposição do governador que abandonou o descanso do feriado para agir, em conjunto com o comando militar. É isso que se exige das autoridades, postura e celeridade.”

Quando em alguns momentos o jornal deixa por entender que os integrantes do movimento são vítimas da sociedade e em seguida apoia a polícia, aparenta uma justificativa de uma visão conservadora. Isto porque sendo vítimas da sociedade qualquer ato coercitivo do poder público sobre os integrantes é justificado pelo monopólio da força do estado.

Norbet Elias (1998) afirma em linhas gerais que quando os monopólios de forças são estabelecidos na sociedade criam-se sistemas pacíficos e livres de violência. A sociedade monopolizada pela força estatizada teoricamente tem mais proteção, contudo, é cada vez mais reprimida de qualquer ato de autoproteção. Isso significa que quanto mais

aval for dado à segurança pública, a sociedade se torna cada vez mais dependente do poder autoritário, o qual regula a sociedade por meio do domínio.

A reconstrução dos fatos aponta ainda o conflito pela terra entre pessoas consideradas invasoras e baderneiras e a sociedade; e a presença de um pensamento que corrobora um sistema que defende a propriedade privada, fortalecendo o sistema capitalista.

Legalmente, todos os cidadãos têm direito à propriedade⁷. Contudo, existem disposições sobre a função social da terra; e o direito à moradia está previsto na Constituição Federal⁸. Isso aponta para um conflito historicamente existente entre as classes. De um lado os donos de terra e do outro as pessoas subalternizadas pelo sistema capitalista, o qual está baseado no processo de produção e consumo. Assim, com o passar do tempo, a terra se transformou em artigo de consumo.

Segundo Santos (2007), essa polarização está presente nos dias atuais e se trata da influência do colonialismo herdado pela sociedade. Trata-se do pensamento abissal, pelo qual o mundo está dividido por linhas imaginárias – Norte e Sul, Ocidente e Oriente, civilizado e selvagem, ricos e pobres, etc – que separam “este lado da linha” e o “outro lado da linha”. De um lado estão os países colonizadores, considerados de primeiro mundo, e do outro, as classes marginalizadas da sociedade, as quais são produzidas como inexistentes e invisíveis. Nesta concepção, o que está de um lado da linha não pode coexistir do outro.

Neste caso, uma das maneiras de superar pensamento abissal seria ultrapassar a herança colonialista que vemos no modo de fazer jornalismo, o qual é fruto do paradigma da ciência moderna aplicado até hoje. Esta visão como forma exclusiva de conhecimento válido é a consolidação das diferenças e é por isso que deve ser superada.

É necessária uma ação contra hegemônica que consolide um pensamento que olhe para as minorias, para os excluídos do sistema. Para Santos (1988), a transgressão do paradigma epistemológico atual deveria ser para um conhecimento científico mais pluralista, levando em conta os diferentes saberes, o qual atuaria diretamente na transformação social.

⁷Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

- I - soberania nacional;
- II - propriedade privada;
- III - função social da propriedade;

⁸Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

Um jornalismo mais humano seria uma saída. Mas, para isso, é necessária uma mudança drástica na concepção e na prática. As mudanças deveriam iniciar nas universidades, na construção de um pensamento crítico e social.

Sara Maria de Andrade Silva (2007) corrobora com essa ideia e afirma que algumas os estudos sobre o pensamento abissal de Boaventura Sousa Santos são aplicáveis ao campo de estudo das mídias, porque os meios de comunicação realizam com esmero o desprestígio de experiências e de sujeitos sociais, o que gera uma negação ou ocultamento.

Muitas vezes é notório as influências em notícias veiculadas na imprensa, que privilegiam certos grupos e invisibilizam outros. É importante ter em mente que um dos papéis do jornalismo é veicular informação que representem a realidade, sempre dando voz a todos os lados envolvidos. Quando isso não acontece tem-se uma realidade superficial descrita e repassada. Contada apenas por um lado ou com um olhar ideológico explícito, invisibiliza outras partes envolvidas.

A ideologia está presente entre profissionais, entretanto os veículos de comunicação influenciam os repórteres política e economicamente desde a sua origem. A imprensa no Brasil tem uma história que caminha em direção ao interesse da classe dominante. Os grandes grupos de comunicação do país muitas vezes estão envolvidos com o poder público e com empresários e, de certa forma, negligenciam o interesse público e valorizam os interesses dos poderes políticos e econômicos.

Este fato aponta para a herança colonialista da imprensa brasileira, que nasceu sob os proveitos e influência dos setores mais abastados da sociedade. A prática do jornalismo vinda dessa concepção privilegia seus próprios interesses e desconfigura minorias sociais.

No primeiro movimento da análise da narrativa, a representação da Ocupação Amarildo como um fato com diversos lados, não foi explorada. A visão da narrativa é de que os ocupantes são oportunistas e querem tomar posse de uma área privada em um local de grande valor econômico, e prioriza a voz das instituições. Quando algum representante é ouvido, a fala é posta como um discurso ideológico de esquerda.

O jornalismo deveria ser usado como uma ferramenta social, que contribua para a formação de um pensamento de respeito pelas pessoas, e uma forma de melhorar as condições das minorias dentro a sociedade.

O repórter precisa descobrir e praticar um novo modo de ver os acontecimentos e aprimorar a percepção diante das pessoas, olhar para além do que vemos. Este seria um jornalismo libertador, que enquanto prática social pode ser produzido para a transformação.

Segundo Tavares (2004), é preciso olhar o *outro* como *ser*, e fazer isso é também a aplicação do pensamento pós-abissal, é ultrapassar a linha que divide o mundo.

Neste caso, o conflito de classes é ainda mais evidente o que configura um campo em que o jornalista deve ter muita atenção para caminhar. Mesmo que segundo Adelmo Genro Filho (1994) o jornalismo seja uma profissão carregada de subjetividades, principalmente por ser produzido por pessoas com histórias e construções sociais, é preciso ter cuidado para que mesmo que se posicione, o repórter não criminalize e exponha preconceitos diante de movimentos sociais.

Posicionamentos como este advêm não só do repórter, mas também da linha editorial, o que é comum visto que principalmente a considerada grande imprensa é influenciada pelo poder político e econômico. Segundo Lage (2001), as classes dominantes, pessoas com poderes políticos ou econômicos, ou grupos que podem ter interesse em determinado desdobramento do fato, são elementos que influenciam na construção da notícia. Desse modo, pode-se entender que no ato da construção da notícia existe um pensamento controlador estruturando o que será publicado. Nesse caso, o que atua é o propósito da notícia, ou seja, o efeito que uma ação ou fazer pode ter além do ato, as consequências de um ato. Mas há ainda intenções nesse tipo de construção narrativa que, segundo Chaparro (2007), é execução de um ato. Ou seja, o momento de o repórter escolher seguir determinada linha para relatar um fato, é a intenção, e quando a narrativa ultrapassa o limite da cognição, é então propósito.

De acordo com Chaparro (2007), o jornalismo aplicado na comunicação de massa tem como característica o processamento dos acontecimentos, que tem como finalidade “a difusão objetiva de fatos através da informação e interpretação dos acontecimentos que são notícias” (ALBERTOS, 1977 *apud* CHAPARRO, 2007, p. 31). Tem como fim informar. O jornalismo é, portanto, “um processo social de ações conscientes, controladas ou controláveis” (ALBERTOS, 1977, *apud* CHAPARRO, 2007, p. 33). Os fazeres são intencionais e, por esse motivo, o jornalista é o responsável moral pelos seus atos.

Isso mostra que o fazer jornalístico está diretamente associado ao propósito de quem o faz, o que pode implicar em propósitos e intenções ideológicas e controladoras. Por isso, a importância da ética e da moral aplicadas no fazer das notícias. Para Chaparro (2007), não faltam motivadores, éticos ou morais, para que predomine um jornalismo que cumpra com os deveres de informar, valorar, relatar e difundir a informação correta e verdadeira. E isso deveria ser um processo natural.

Analisando a reconstrução narrativa das matérias, a partir da visão do pensamento abissal de Boaventura Sousa Santos sobre a Ocupação Amarildo, a postura jornalística de exclusão fica clara. Os donos de terra e pessoas – com certo poder aquisitivo – que não querem sem-terra como vizinhos, representam o lado Norte da linha, e da Ilha, o lado dos colonizadores; e os trabalhadores que não conseguem pagar o aluguel pela supervalorização imobiliária e a depreciação dos salários, o lado Sul da linha, os invisíveis. É uma luta desproporcional.

Santos (2007) sugere que é preciso reconhecer o excluído para depois reivindicar seus direitos na sociedade. Enquanto essas pessoas forem tratadas como sub-humanas, não será possível assegurar seus direitos enquanto cidadãos.

2.2 – IDENTIFICAÇÃO DOS CONFLITOS

No segundo movimento, Motta (2007) propõe a *identificação dos conflitos* da nova narrativa.

Grupo invade área no Norte da Ilha

Não houve registros de conflito e dono do terreno tenta negociar saída

Um grupo de manifestantes ocupou um terreno no bairro Vargem Pequena, às margens da SC-401, em Florianópolis, na madrugada de ontem. De manhã cerca de 50 pessoas entre adultos e crianças estavam acampadas no local.

De acordo com o porta-voz da ocupação Amarildo de Souza, o objetivo é denunciar o descumprimento do direito constitucional à moradia – com baixos salários, o grupo vive em Florianópolis e relata dificuldades no pagamento de aluguéis, com valores em elevação principalmente nesta época do ano.

(DIÁRIO CATARINENSE, 17 dez. 2013)

O trecho acima é da primeira matéria publicada pelo jornal sobre a Ocupação e mostra o embate pela terra no país e o aumento do valor dos aluguéis principalmente na época da temporada, em Florianópolis, além dos baixos salários pagos. O conflito aparente está relacionado com o modo de vida capitalista que estimula a especulação imobiliária na temporada em detrimento aos moradores. Outro fator que chama a atenção nesse caso é como o proprietário foi inserido na matéria. “Paludo também ressaltou que tentará negociar com os ocupantes e, caso o grupo permaneça no local, tomará medidas judiciais para fazer a reintegração de posse”. Este trecho aparenta que Artêmio Paludo entende a posição dos manifestantes e que tentaria entrar em um acordo pacificamente. Sabe-se que o proprietário do terreno não estimulou nenhum embate efetivo, entretanto afirmou em outras reportagens que “isso não ficaria assim”.

A posse legal de um imóvel é o elemento chave do conflito. Neste caso, o direito à propriedade ultrapassou o direito à moradia, principalmente pelo fato de as pessoas não aceitarem vizinhos sem-terra. Essa atitude também aponta para a omissão do jornal da existência das classes subjugadas. Grande parte da sociedade não quer enxergar que existem pessoas que precisam do apoio da lei e do governo para terem o mínimo de dignidade. No caso da Ocupação Amarildo, respaldados pelo direito à moradia e recorrendo ao sistema de reforma agrária do Incra.

Mas como o sistema capitalista alimenta o pensamento de consumo e propriedade, no mais amplo sentido da palavra, as pessoas olham somente para si e não admitem que alguém em condições financeiras precárias consiga algo pelo simples direito previsto na lei. Pode-se pensar que vivemos em uma sociedade praticamente estamental, ou seja, um lugar em que não existem mudanças entre as classes sociais, uma pessoa que nasce pobre, morre pobre. A possibilidade de isso acontecer nos dias atuais é muito grande, principalmente pela reprodução de pensamentos que alimentam as diferenças entre classes.

Na reportagem sobre a audiência feita para que os integrantes do movimento saíssem do terreno às margens da SC-401, o representante dos acampados justifica que aquele acordo era uma forma de provar para a sociedade que eles eram trabalhadores.

Foi um acordo que traz para nosso povo a possibilidade de organizar melhor a nossa luta. É a resposta que nós queríamos dar à sociedade, principalmente aos meios de comunicação e aos governantes: de que somos um povo trabalhador. (DIÁRIO CATARINENSE, 08 fev. 2014)

Uma declaração nesse âmbito, no século XXI, é a evidência clara de um jornalismo que nutre pensamentos intolerantes, e da contribuição na construção da consciência coletiva a partir de uma postura preconceituosa por parte da imprensa. Um grupo de pessoas ter que provar para alguém que é trabalhador, chega a ser desumano e humilhante. Se fossem simplesmente oportunistas, será que se prestariam a esse papel?

Em resposta a esse questionamento outra declaração o porta-voz da Ocupação afirma que estão apenas querendo fazer cumprir a meta do movimento, e que “essa é nossa reivindicação. Fizemos isso quase como um desabafo, pois fomos atingidos de forma muito preconceituosa por vários setores da sociedade, principalmente da burguesia metropolitana”.

Nesse trecho podemos reafirmar grande parte do que já foi mencionado sobre a invisibilidade e a postura da grande imprensa. Mas a atitude da classe burguesa em relação às minorias, principalmente das diferenças sociais, pode ser explicada a partir da evolução

da sociedade. Norbet Elias (1998) argumenta que no século XX, em tempos de progresso e ascensão do livre comércio, a dominação da classe média cresceu em detrimento dos mais fracos. Quem tinha algum tipo de propriedade viu-se em uma situação difícil de acumular riqueza. A partir daí surgiu e se estabeleceu uma dependência dos pequenos em relação aos grandes burgueses, e as oportunidades diminuía para um enquanto aumentava para o outro. Ou seja, o preconceito às classes operárias e aos mais pobres nasceu junto com a ascensão da burguesia.

Até a Revolução Industrial, a notícia era, segundo Nilson Lage (2001), uma forma de relatar acontecimentos considerados importantes para o comércio, para a política e para a indústria. Com o passar do tempo, as notícias se transformaram em “artigos de consumo, sujeitos a acabamentos padronizados, embalados conforme as técnicas de *marketing*” (LAGE, 2001, p. 49), e passaram assim, a conquistar o grande público. Essa breve contextualização remete ao consumo de notícia voltado para um público específico, um jornalismo feito para determinadas classes e sujeitos: a burguesia. Lage (2001) afirma que a definição de notícia como o relato de fatos a partir do mais importante, é que o importante está atrelado a conceitos abstratos de verdade ou interesse.

O que Motta (2007) chama de *complicação* do fato pode ser compreendido pelo conflito em si. O surgimento de um acampamento sem-terra em uma área urbana e nobre da Capital do estado. É um fato que desestabiliza o poder público e faz expor o pensamento social do episódio, das pessoas e das instituições.

O embate pela terra como foco principal da narrativa é mais uma vez uma forma de reafirmar o pensamento abissal. Enquanto existirem disputas por motivos como esse, a minoria será vista e colocada do outro lado da linha. A primeira condição para efetivar o pensamento pós-abissal, é a co-presença radical, o que “significa que práticas e agentes de ambos os lados da linha são contemporâneos em termos igualitários” (SANTOS, 2002, p. 24). Para isso é preciso abstrair a concepção que conhecemos de tempo linear, ou seja, não existir a ideia de que uns são melhores que outros por terem a posse legal da terra.

Tudo isso aponta para o ocultamento do movimento dos sem-terra. Quando são colocados do outro lado da linha, passam a não existir. E o jornalismo, neste caso, ajuda nesse processo quando criminaliza ou silencia o grupo. No caso estudado é clara a construção narrativa a partir da fala dos representantes dos acampados. As declarações são sempre colocadas na boca de um porta-voz e as pessoas não têm vez. Não foi dada voz nem mesmo às pessoas denominadas líderes da ocupação, perfiladas na matéria intitulada “Che

Rui: Sonho revolucionário, família no front e música de Raul”. Neste perfil os representantes são descritos com detalhes, mas na narrativa não foi explorada a fala direta.

A decisão de fazer uma reportagem por meio deste viés é uma escolha do repórter e ele é responsável pelas escolhas e a forma como vai relatar um fato. É preciso pensar e praticar um jornalismo que deixe para o leitor julgar os personagens e a conjuntura dos fatos. Contudo, segundo Daniel Cornu (1994, p.382), mesmo sendo uma missão do jornalista informar o seu público, “a ignorância favorece o poder dos que detêm nas suas mãos a informação e a protegem pelo segredo”.

O discurso jornalístico e seu modo de fazer são complexos. São processos culturais e sociais intermediários que têm diversos produtores e usuários, por isso parece estar sempre carregado de significados implícitos, os quais são possíveis observar nas matérias jornalísticas. Segundo Chaparro (2007), o jornalismo é uma prática carregada de intenções, este conceito está ligado à verdade e ao interesse. A intenção “é a liga que funde ética, técnica e estética, tríade solidária e inseparável das ações jornalísticas” (CHAPARRO, 2007, p. 21).

Ao recorrer a Van Dijk, Chaparro (2007) alude que existem dois *fazer*s das coisas. Um relacionado aos atos, que são inconscientes. E o segundo que está relacionado aos atos conscientes, os quais podemos ter controle. Ele trabalha esses conceitos para identificar atos intencionais ou propositais e atos despropositais e sem intenção. Para o autor, qualquer ato está carregado de modificações intencionais conscientes e controladas. A ação é a combinação de intenção e fazer algo com alguma finalidade.

Outro elemento que chama a atenção na reconstrução narrativa é a falta de profundidade dos fatos. Não existe um interesse em pensar o porquê da ocupação. Só são medidas e relatadas as consequências, não as causas. Nesse caso, é apresentada somente a ocupação do terreno e o que acontece em seguida, não é abordado o motivo que levou as pessoas irem para lá, acamparem sem condições adequadas para viverem.

O jornalismo que não aborda as causas dos conflitos pode ter como base as intenções do veículo e o tecnicismo típico da ciência moderna, o que é criticado por Santos (1988). Assim a notícia é tida como mercadoria. O autor denuncia que a lógica da ciência moderna vê os fatos sociais pela perspectiva externa e mensurável. É preciso ir além do presente, buscar explicações para o fato. Isso auxilia na construção de um novo pensamento sobre a sociedade. Quando se sabe o contexto, a visão da sociedade é reestruturada e podem ser feitos questionamentos sobre os fenômenos.

Santos (2007) propõe que as diferenças não existam – o pensamento pós-abissal – pensar as dicotomias fora das relações de poder. Esse seria o primeiro passo para uma libertação das relações e buscar outras alternativas. Para isso, sugere uma Ecologia dos Saberes, o entendimento da pluralidade de conhecimentos além do científico. Aplicando ao jornalismo seria o questionamento do fazer baseado na ciência moderna para identificar outros modos de contar uma história motivado no que até hoje é replicado como não-existente. É pensar no outro e ver o que não está explícito.

Como opção, Tavares (2004) sugere um jornalismo que leia o mundo de forma ampla, que não seja prisioneiro a um único modo de ver determinadas situações, pois

[...] há coisas que vão além daquilo que vemos. Há coisas invisíveis [...] que passeiam por entre os fatos e que precisamos enxergar. Um fato jornalístico não acontece por acaso, não surge do nada, não brota do chão sem que alguém semeie. Há muita coisa por trás de um acontecimento, causas remotas e recentes, consequências. (TAVARES, 2004, p.17).

É preciso ter capacidade de ver o que não está visível. A autora cita Newton Tavares quando diz que nos calamos sobre aquilo que não podemos falar. Essa é uma prática que não pode nortear o jornalismo, pois é assim, fechando os olhos para determinadas situações ou simplesmente não querendo ver, que se reproduz a invisibilidade social de determinados grupos.

O *clímax* da nova narrativa acontece quando os acampados, depois de passarem por Palhoça, tentam ocupar um terreno no bairro Rio Vermelho, no Norte da Ilha. Nesse caso houve negativa da comunidade local e enfrentamento entre eles e com a polícia, como segue:

Capítulos de uma reação inesperada

A tentativa da Ocupação Amarelado de retornar a uma área em Florianópolis durou 37 horas. Desde que parte dos integrantes invadiram novo terreno no Norte da Ilha na madrugada de domingo – desta vez na SC-406, no Rio Vermelho – o clima do local era tenso. Os moradores da região não aceitaram os novos “vizinhos” e partiram para uma batalha que terminou com bombas de efeito moral, balas de borracha e confusão com a polícia. Após a retirada, veio o grito de comemoração e a bandeira do movimento foi queimada.

(DIÁRIO CATARINENSE, 22 abr. 2014)

Esse trecho é um dos mais significativos de toda a narrativa. A forma como foram relatados em toda a reportagem, coloca os sem-terra como “invasores que tiveram que recuar e aceitar a ajuda da polícia”. Além disso, enaltece o trabalho da Segurança Pública do Estado com uma matéria correlata sobre o confronto.

São notórias determinadas influências nas notícias veiculadas na imprensa, que privilegiam certos grupos e ocultam outros. Este caso deixa nas entrelinhas que o representante do grupo teve que se humilhar pedindo a ajuda da polícia. Um dos papéis do jornalismo é veicular informação que represente a realidade, dando voz a todos os lados envolvidos. Quando isso não acontece a realidade é descrita e representada de forma superficial, contada apenas por um olhar ideológico explícito.

Para Silva (2007), a lógica do pensamento abissal de Boaventura Sousa Santos é aplicável ao campo de estudo das mídias, porque os meios de comunicação realizam com esmero o desprestígio de experiências e de sujeitos sociais, o que gera uma negação ou ocultamento.

O jornalismo é uma atividade com papel social importante e é ele quem leva os acontecimentos à comunidade. Precisa ser feito com base na verdade e nos elementos éticos prescritos para a profissão. Mas, em muitos casos, as notícias são feitas de modo que apenas a informação ou dados são divulgados, não é feita uma reflexão sobre o que está sendo noticiado e as consequências que isso pode trazer para os envolvidos. Contudo, a falta de comprometimento com o outro não advém somente do repórter, vem do modo como o jornalismo é feito e dos próprios meios. Os “efeitos sociais dos meios (de comunicação) não dependem do conteúdo das mensagens, mas da natureza técnica desses meios” (GENRO FILHO, 1987, p.93). A prática é anterior à construção da narrativa, o fazer antecede a mensagem propriamente dita.

O jornalismo é visto como uma forma inovadora de percepção e conhecimento da realidade social a partir da singularidade dos fatos. Por isso, é preciso ser praticado a partir de um processo de abstração técnica por parte do repórter e de toda a equipe. Entretanto, conforme Genro Filho (1987), a ideologia dominante geralmente orienta o processo e o relacionamento entre as informações de um determinado fato.

Segundo o autor, na ideia de que o jornalismo deve trabalhar somente os fatos

está implícito um determinado critério de elaboração mental alicerçado na cosmovisão e na ideologia burguesas. A compreensão da informação jornalística sob outro ângulo ideológico, ou seja, como apreensão de uma realidade não reificada, reconhecendo seu processo dialético e apostando em suas melhores possibilidades, exige que o mundo seja entendido como produção histórica em que se constroem e se revelam sujeito e objeto. Exige uma perspectiva revolucionária. (GENRO FILHO, 1987, p. 99).

A formação de conhecimento e liberdade perante o sistema dominante deve ser o papel principal do jornalismo, o que para Genro Filho (1997) é a perspectiva revolucionária e humanizadora.

O indivíduo precisa estar integrado aos acontecimentos e sentir a singularidade dos fatos como únicos, assim o sujeito se insere na problemática. Mas não é de interesse da grande imprensa que os indivíduos se coloquem no lugar do outro em certas situações. Isso causaria uma comoção generalizada por determinados temas que não são de interesse da classe dominante. Como afirma Genro Filho (1997), ainda que para consolidar seu ser social e sua humanidade, o indivíduo precisa ter acesso ao todo em que está inserido por meio da imediaticidade. Ele precisa ainda absorver essa imediaticidade e se inserir nesse todo.

No caso da Ocupação Amarildo, a representação dos fatos ficaram neles mesmos, superficiais. Não houve uma preocupação em colocar o leitor no lugar dos personagens. E se isso acontecesse os leitores poderiam se mobilizar pela causa, mas isso não é de interesse do jornal.

O item *resolução*, proposto por Motta (2007), da nova narrativa é observado no trecho que segue:

Prefeito de Águas Mornas se diz descontente com mudança da Ocupação Amarildo para o município

A chegada da Ocupação Amarildo a Águas Mornas, na Grande Florianópolis, trouxe descontentamento do poder público local. O prefeito Pedro Francisco Garcia (PMDB) diz que o município não tem suporte para atender os novos moradores e acredita que o grupo viverá em condições desumanas. Ele convocou uma manifestação e emitiu nota de repúdio à atitude do Incra em fazer a transferência do acampamento sem consultar a prefeitura. (DIÁRIO CATARINENSE, 04 jul 2014)

A decisão do Incra de alocar as famílias do acampamento em Águas Mornas não agradou a política local. A posição do prefeito define seu posicionamento sobre sem-terra e sem-teto e é evidente a sua insatisfação com aquelas famílias, mesmo alegando falta de estrutura do município para receber essas pessoas. Além, é claro, da nota de repúdio enviada ao Incra.

Esse tipo de reportagem alimenta a negativa da população em relação aos ocupantes. Quando a prefeitura não aceita o movimento respalda a população em não aceitar também. A formação desse pensamento não se limita somente à cidade de Águas Mornas, mas sim em todo o alcance o jornal. O Diário Catarinense tem mais de 47 mil

leitores que, ao ter acesso a matérias como esta, estão vulneráveis à formação de um pensamento elitizado e preconceituoso.

Os itens *clímax* e a *resolução* da narrativa são mais exemplos de produção de não existência. Quando no ápice dos acontecimentos é feita uma reportagem relatando um fato conflituoso em que aparentemente os causadores são somente os sem-terra, essa reportagem está colocando-os como não-existentes, e não está sendo praticado o olhar para o outro, proposto por Tavares (2004).

No *lead* da matéria está claro que os responsáveis pelo confronto são integrantes do movimento, principalmente por este trecho: “Desde que parte dos integrantes invadiram novo terreno no Norte da Ilha na madrugada de domingo – desta vez na SC-406, no Rio Vermelho – o clima do local era tenso”. Eles chegaram e a população não os quis. Nesse caso, a intolerância se instalou em forma de pancadaria e confusão. Essa postura pode ter sido influenciada pelo teor intolerante das matérias publicadas.

A essência do pensamento abissal se explicita quando dois grupos nitidamente se opõem gerando agressões. A apropriação e a violência são parte e tomam diferentes formas na linha abissal. Mas para ocorrer a apropriação é necessário, segundo Santos (2002), de agrupamento e assimilação, enquanto a violência resulta na destruição material, cultural e humana. Para o autor, apropriação e a violência estão interligadas. Quando a população e seus representantes legais renegam o movimento social e entram em confronto com ele, a dualidade entre apropriação e violência são levados a cabo.

Santos (2007) lembra que enquanto os “não-cidadãos” forem tratados como sub-humanos, seus direitos como cidadãos não estão assegurados. É preciso então, reconhecê-los para reivindicar seus direitos. Mas não é o que podemos observar no trecho em que o prefeito de Águas Mornas diz “que o grupo viverá em condições desumanas”. Esta passagem mostra exatamente o que foi dito acima, que enquanto as pessoas não forem vistas e tratadas como cidadãos, seus direitos não serão respeitados. Esse é um problema que ultrapassa o objeto deste estudo, o jornal Diário Catarinense, e chega ao poder público onde os direitos das minorias deveriam ser garantidos e cumpridos.

Ser cidadão é quando um indivíduo faz parte de um Estado de direito, quando ele se insere na sociedade. Ao explorar todas as possibilidades de atuação social pode contribuir para determinadas transformações, como sugere Carlos Coutinho (1999).

Talvez o aperfeiçoamento do jornalismo possa contribuir para a conquista da cidadania por parte de grupos excluídos como os Amarildos⁹. Tavares (2004) propõe pensar em um jornalismo inclusivo, um *jornalismo libertador*. Segundo a autora, o processo de libertação se inicia quando se vê o outro diferente e não o nega. Tudo que é diferente é o “não ser”, mas existe no mundo e não há porque negá-lo.

É olhar para as minorias e ver além do que aparentam é sentir a dor do outro e não omiti-la. No caso da Ocupação seria o olhar para os sem-terra e enxergar as condições precárias que estavam, refletir e tentar uma solução para os problemas de moradia nas grandes cidades. Abordar os altos custos de aluguéis em Florianópolis e os baixos salários que são pagos. Ir contra a dominação dos meios de comunicação e do pensamento político e econômico que está presente nas redações.

As considerações da autora vão ao encontro das reflexões de Santos (2010) sobre o pensamento abissal. Tavares (2004) considera que o processo de libertação também ocorre nos âmbitos políticos e econômicos, ultrapassando os limites sociais. Certos pensamentos hegemônicos estabelecidos reproduzem o “não-ser”, fazendo com que o diferente não exista e, assim, faz com que permaneça do outro lado da linha. Nessa linha “o *ser* é o outro, simplesmente o outro, em contraposição ao *ser* europeu/ocidental.” (TAVARES, 2004, p. 20)

O jornalismo libertador conta a história do outro, do marginalizado, oprimido. É narrar a história por ponto de vista, da realidade, com a multiculturalidade do outro. Para aplicar esse ponto de vista, o jornalista precisa se despir de preconceitos e se preparar para o encontro com o outro.

2.3 - CONSTRUÇÃO DISCURSIVA DOS PERSONAGENS

No movimento de *construção discursiva dos personagens* é possível perceber uma rotulação ideológica de forma que o líder dos acampados é retratado como um revolucionário esquerdista e comparado declaradamente a Che Guevara, como segue:

Che Rui: Sonho revolucionário, família no font e música de Raul

O boné cm a bandeira de Cuba está sempre sobre a cabeça, como um adorno fixo que evidencia a paixão pelo comunismo, e em seu discurso predomina o princípio marxista de que a sociedade “é a arena da constante luta entre trabalhadores e capitalistas”. Tem como ídolo o revolucionário argentino Che Guevara e o guerrilheiro brasileiro Carlos Marighella.

(DIÁRIO CATARINENSE, 27 abr 2014)

⁹ Modo como os integrantes da Ocupação se denominavam.

O primeiro parágrafo já mostra a comparação entre o líder brasileiro e o líder da Revolução Cubana e uma clara intensão – “evidencia a paixão pelo comunismo” – de criar uma repulsão ao movimento e a ele por parte das pessoas mais conservadoras. Neste perfil, é enfatizada, de maneira insistente, a linha ideológica de esquerda. Também são apresentados os partidos os quais Rui Fernando da Silva Junior foi filiado e seu trabalho como sindicalista e militante do MST. O trecho “Rui não é de origem rural mas a ideologia o jogou no colo do MST” aponta para uma intensão de oportunismo do MST por seguir a mesma ideologia; coloca Rui como um objeto do movimento, demonizado. Em outro fragmento do perfil “A vivência no mundo sindical urbano o habilitou a negociar com moradores da periferia e circular com desenvoltura em meio a lideranças comunitárias e políticas” é possível observar a manobra textual para colocá-lo como um agitador, um rebelde, subversivo, que implanta uma ideia nas pessoas mais necessitadas para fazer uma revolução. Ao final da matéria, Rui é ironizado explicitamente e descrito como sensato quando em um episódio de confronto ligou para a polícia para pedir ajuda. “Viu que era hora de recuar e sem constrangimento pediu – ironia das ironias – proteção à Polícia Militar, uma corporação que historicamente ele enfrenta”.

Na matéria correlata ao perfil, são descritos outros três personagens e já no título é possível notar o tom da matéria: “O motorista, o estudante e o índio”. Nesse trecho Fábio Coimbra Ferraz é descrito sob um viés de indignação. Por ser estudante da Universidade Federal de Santa Catarina e candidato a uma bolsa de auxílio na universidade é colocado como mais um baderneiro que, por ser estudante, não deveria estar ali. Em outro trecho a matéria destaca que ele “estaria dedicado 100% à ocupação e colegas dizem que ele não está indo às aulas”. Isso mostra a intensão de colocá-lo em um lugar de descompromisso com a universidade que é pública e que as pessoas pagam com seus impostos. Além disso, a frase “...colegas dizem que ele não está indo as aulas” mostra uma apuração superficial. Nesse caso, deveria ter uma fonte que afirmasse isso.

O motorista José Luiz da Silva Martins é retratado como mais uma figura oportunista no acampamento pelo fato de ter um emprego e um carro: “Chegou à Ocupação no dia 20 de dezembro dizendo estar afastado do emprego por problemas de saúde” e ainda “No local, chama a atenção por ser visto circulando com um carro importado”.

Cristiano Mariotto, conhecido como Índio, também é rotulado no trecho que descreve sua atuação na Ocupação. Os três parágrafos são dedicados ao relato de suas atuações em movimentos sociais, manifestações e na militância, além do destaque que foi

dado à sua relação com o curso de Serviço Social da UFSC e a sua dissertação de mestrado. O colunista Moacir Pereira também fez uma nota dedicada a Cristiano, como segue:

Índio fajuto

Acadêmico da Ufsc, Cristiano Mariotto, um dos líderes da invasão criminosa da SC-401, vai defender dissertação de mestrado no Curso de Serviço Social dia 28 de fevereiro. Tema: “Questão indígena e capitalismo dependente”. Ele se declara índio, mas a Polícia o acusa de agitador profissional. Nunca foi sem teto e muito menos sem terra.

(DIÁRIO CATARINENSE, 17 de fev 2014)

No fac-símile é possível observar o preconceito do colunista sobre o assunto. Quando enfatiza o tema da dissertação de mestrado e destaca que o estudante não é sem-terra, parece questionar a validade do movimento. Estudantes e pessoas que têm casas não podem apoiar um movimento social e uma causa? O título da nota também aponta para uma posição ofensiva do colunista.

O proprietário do terreno Artêmio Paludo é descrito como vítima: - “Sou proprietário da terra há mais de 30 anos. Tenho um projeto de construção que inclui residências e que está dependendo da definição do Plano Diretor”. A postura de vitimizar o proprietário indica o apoio a quem tem a posse legal da propriedade.

O juiz agrário Rafael Sandi é personificado como mediador inocente, que acredita na palavra dos acampados. No entanto, quando o jornal declara que o juiz não sabia se os integrantes sairiam ou não do terreno às margens da SC-401 coloca Rafael Sandi e a instituição em uma posição de descredibilidade.

Os rumos da invasão

Depois de declarar repetidas vezes estar convicto do cumprimento do acordo judicial que determina o dia 15 de abril – amanhã – como prazo para os integrantes da Ocupação Amarelo desmontarem as barracas e deixarem o terreno às margens da SC-401, invadido em dezembro, ontem o juiz agrário Rafael Sandi já não sabia qual será o desfecho do caso.

(DIÁRIO CATARINENSE, 14 abr 2014)

Os personagens da nova narrativa são rotulados como rebeldes comunistas, estudantes e agitadores, oportunistas; proprietário vítima do movimento e juiz mediador inocente.

Este pondo da narrativa é importante, pois apresenta como recursos para a formação da consciência coletiva. A forma como os representantes da Ocupação são descritos contribui para a formação de uma imagem negativa tanto deles quanto do movimento. O

consciente coletivo é formado por representações que ultrapassam a esfera individual. Crenças, culturas e pensamentos que são comuns numa determinada sociedade quando somados formam o consciente coletivo. Neste caso, as reportagens podem contribuir para a formação de um pensamento comum de que militantes e movimentos sociais são esquerdistas e baderneiros.

Quando os personagens são tachados desta forma é reafirmada a existência de uma linha que separa a sociedade civil do estado de natureza. Recorrendo a Santos (2007), o olhar hegemônico da sociedade civil faz o estado de natureza não-existir, não ser visto. Quando se nega uma parte da humanidade a sacrifica, e dá condição para a outra parte se afirmar universalmente, reitera a polarização do mundo.

Para a efetivação desse pensamento também existem as intensões e os propósitos. Quando os personagens são retratados como rebeldes, comunistas, oportunistas, vítimas ou inocentes, por trás disso tem um porquê. E esse porquê é justamente para consolidar o pensamento abissal. Esse feito é consciente e pode ser proposital, ou seja, com um fim definido; ou intencional, a partir de uma concepção, segundo Chaparro (2007). Nesse caso podemos entender que a construção narrativa das reportagens tem como propósito fazer com que os leitores neguem os movimentos sociais e os sem-terra; e como intenção a ideologia do sistema dominante. Para Francisco Karam (1997, p.43), a escolha por esse viés pelo jornalista é consciente e ele acha, em alguns casos, que tem razão, “que possuem justificativas morais que trazem benefício ao bem comum, que estão dando o melhor de si, ou simplesmente que ‘o mundo é assim mesmo’”.

A linha editorial do meio de comunicação pode estar explícita ou implícita e influencia a escolha da narrativa pelo repórter. Muitas vezes “fontes são impedidas de se manifestar, declarações são amenizadas ou alteradas, justifica-se a violência institucional [...]” (KARAM, 1997, p. 52).

Outro fator importante é a apuração e as fontes. Isso é dito pelo fato de um dos personagens ser subjetivamente descrito como agitador por colegas, que tem moradia e não frequentou às aulas na universidade para apoiar o movimento. Nesse caso, não existe uma fonte dizendo isso, ficou no “dizem”. Segundo Cornu (1994, p.77), toda informação tem que ter fonte. E “não há informação verídica sem rigor no tratamento dessas mesmas fontes”. O jornalista tem como dever publicar somente se as informações tiverem origens conhecidas. Muitas vezes não há tempo hábil para verificações à maneira do historiador, contudo, existem regras profissionais que orientam “uma sequência de operações precisas que permitem identificar, verificar, completar, confrontar as fontes, para obter a melhor

abordagem possível da realidade dos fatos” (CORNU, 1994, p. 77). Essas premissas devem ser tidas como um axioma para o jornalista.

2.4 - ESTRATÉGIAS COMUNICATIVAS

No movimento *estratégias comunicativas* é onde, segundo Motta (2007), o jornalista explicita suas intenções camuflando seu papel enquanto narrador. Assim sendo, o significado ficaria por conta do leitor durante a leitura. No caso analisado é possível verificar o uso de efeito de real, por meio dos recursos do factual, simplesmente, da atualidade do fato. Nesse sentido, o repórter não ultrapassa a notícia em si para uma contextualização mais profunda.

O uso, muitas vezes, de mais de uma fonte nas matérias é um recurso que procura atribuir veracidade à narrativa. Também é identificável o recurso de utilizar nomes de instituições para novamente transmitir veracidade. O recurso de datas, horas e elementos demonstrativos, além de referenciar o fato, dá condição de unicidade. Isso é possível ver nessa análise com clareza nas matérias que possuem uma linha do tempo explicando o que aconteceu em determinadas datas, tentando construir uma retrospectiva dos fatos. Outro fator importante é o uso de algumas palavras ou expressões que soam pejorativas, ou que desqualificam o movimento de sua essência, por exemplo: “invadem”, “líder do movimento”, “recrutamento”, “crime”, “criminosos”, “partidos”, “política”, “esquerda”.

Na análise também é possível notar uma subjetivação, uma intensão por trás de determinadas frases e parágrafos como pode ser observado em uma das matérias: “A lista indica que a maioria dos invasores possui registro de identidade em Santa Catarina. No entanto, há 31 pessoas com registro da Bahia, 15 de Alagoas e quatro da Paraíba. Há também a presença de 16 gaúchos e 15 paranaenses”.

Nesse caso, pode-se perceber um bairrismo e um pensamento xenofóbico implícito no parágrafo. A estrutura das orações deixa isso claro quando em uma delas está descrito o número de pessoas do nordeste, e na seguinte o número de “gaúchos e paranaenses”, pertencentes à mesma região Sul do país.

Quando a Ocupação foi transferida para Palhoça, o jornal Diário Catarinense publicou uma matéria com o seguinte título: “Número de pessoas cai de 750 para 150”, o que faz entender que enquanto a Ocupação estava na Capital haviam pessoas interessadas em fazer parte do movimento e, quando saiu da Ilha, perderam o interesse. Isso aponta um julgamento implícito sobre os manifestantes, de interesse e oportunismo.

Um vácuo preocupante

É de se perguntar a quem estaria beneficiando esse episódio da chamada Ocupação Amarildo, que desde dezembro expõe dezenas de famílias catarinenses, ocupa a energia de forças policiais que poderiam estar deslocadas nas questões específicas de Segurança, consome tempo já ocupado do Judiciário e deixa a população da Grande Florianópolis em eterno suspense (DIÁRIO CATARINENSE, 12 abr 2014).

Nesse parágrafo de um editorial do jornal é possível verificar uma posição contra a Ocupação. Primeiro deixa no ar que haveria uma pessoa interessada no fato, ou no terreno, o que descredibiliza todos os envolvidos que estavam ali acampados, de forma sub-humana, na tentativa de conseguir, por meios legais, um pedaço de terra. Ao sugerir que a polícia e o judiciário poderiam estar ocupados com problemas “reais”, evidencia a despreocupação do jornal com o movimento. Mostra que a mídia realmente não está preocupada com essas pessoas, com a segurança e com os seus direitos, além de usar esse recurso para fragilizar o movimento. Mais adiante, no mesmo editorial, um parágrafo explicita que a Ocupação e seus representantes só estão ali para um evento midiático, os condena usando esse argumento e os criminaliza mais uma vez: “Há um vácuo no comando desse assunto, não resta dúvida. E nesse vazio prospera a intensão dos líderes do movimento, que querem antes de mais nada vitrine.”

Quando foi definido que as famílias da Ocupação iriam para um terreno em Canoinhas, o primeiro parágrafo da matéria teve um leve tom de, digamos, alegria ou alívio.

Ocupação vai para Canoinhas

A cidade de Canoinha, no Planalto Norte de SC, deve ser o novo destino da Ocupação Amarildo de Souza. A informação foi repassada pelo líder Rui Fernando e confirmada pelo ouvidor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), é que falta apenas a logística da mudança ser definida para que as famílias sejam encaminhadas ao local (DIÁRIO CATARINENSE, 15 mai. 2014).

Existe ainda um tom de respeito, mas associado o fato de “a cidade se livrar desse problema”. Colocando o comunicado na fala do representante do movimento, transpassa um aval, um consentimento por parte dos envolvidos. O que não é verdade.

Na coluna do Visor, uma nota aponta mais uma vez o preconceito: “Através da placa de um dos vários veículos estacionados no acampamento armado na SC-401, batizada de Ocupação Amarildo, a polícia já sabe que o dono do automóvel mora em... Jurerê”. Primeiramente existe um julgamento sobre a posse de uma pessoa. Segundo, o recurso de pontuação usado, as reticências, deixa claro o tom de ironia sobre o fato.

Todos os elementos indicados na análise desse item levam à exclusão do movimento, pois compõem a linha abissal que existe entre a ocupação e restante das pessoas. A forma como foram construídas as reportagens reproduz o pensamento dominante que comanda empresas de comunicação e do discurso hegemônico da modernidade. As intenções e os propósitos são claros e o uso de determinados recursos linguísticos também.

O jornalismo e os veículos de comunicação são instrumentos de construção de uma realidade. Desse modo, é necessário seguir alguns preceitos para fazê-la de modo efetivo. As matérias publicadas em um jornal podem ser utilizadas como peças de um quebra-cabeças para a representação de uma determinada época, para a compreensão das relações sociais, para interpretar comportamentos. Com isso, é importante selecionar as notícias e produzi-las da forma mais neutra e livre de julgamentos e opiniões. É importante pensar como um acontecimento será trabalhado, pois a forma como uma notícia é abordada é que pode beneficiar ou prejudicar os envolvidos no fato ou o próprio fato.

Francisco Karam (2004) argumenta que essa prática ou dever não se aplica somente ao jornalista, mas também ao meio de comunicação. As empresas carregam ideologias e estabelecem políticas editoriais para os setores que atuam. Podem ser por meio da publicidade ou das notícias propriamente ditas, mas nesse âmbito existem princípios específicos para a apuração e divulgação, os quais estão estabelecidos nos códigos de ética empresarial e do jornalista.

O autor aponta algumas das normas estabelecidas no Código de Ética da Associação Nacional dos Jornais (ANJ), e dentre elas estão:

[...] Apurar e publicar a verdade dos fatos de interesse público, não admitindo que sobre eles prevaleçam quaisquer interesses; Assegurar o acesso de seus leitores à diferentes versões dos fatos e às diversas tendências de opinião da sociedade [...].
(KARAM, 2004, p. 92)

Somente esses dois itens já são suficientes para entender que um veículo de comunicação não deve permitir que uma história seja contada somente por um dos lados, nem por meio de manipulação das fontes, nem por ideologia e por interesses políticos e econômicos.

Cornu (1994, p. 99) cita o *Pressekodex* alemão para argumentar que no jornalismo “ninguém deve ser discriminado devido ao seu sexo, a sua pertença a um grupo étnico, religioso, social ou nacional”. Citando a Declaração de Bordéus, o autor afirma que o jornalista deve estar atento a qualquer espécie de discriminação, como uma forma de justiça. Para o autor, “essa visão de justiça passa pelo respeito da dignidade humana. Tem a

ver com o respeito pelo indivíduo, tal como deve se ter em conta o tratamento dos fatos da sociedade, e com o respeito pelas comunidades”. Pelo fato de a informação estar relacionada com a totalidade do homem, no campo da justiça ela precisa ser pensada no campo da verdade. Contudo, o autor afirma que “a verdade informativa é relativa e plural”, e, sendo assim, a verdade informativa não deve ser entendida como passível de omissão ou de falta de apuração.

A reconstrução de uma realidade por meio de técnicas e linguagens específicas faz com que o jornalismo ultrapasse o status de reflexo de fatos, para um jornalismo empoderador, como uma forma de “conhecimento social da realidade, por meio da reconstrução cotidiana do mundo” (KARAM, 1997, p.48).

Os indivíduos têm necessidades de se relacionar com o todo e se sentir parte desse todo. O jornalismo pode ser uma ferramenta para esse empoderamento transformador e participativo do homem no mundo. Por isso, “é legítimo defender que pressupostos morais e éticos em que se desdobra a atividade profissional não podem estar submetidos à lógica do Estado, do interesse privado ou a critérios pessoais” (KARAM, 1997, p.49). Sendo assim, a ética deve exigir do profissional uma prática jornalística consciente politicamente e comprometida com o relato do cotidiano.

Nessa linha Tavares (2004) recorre à Filosofia da Libertação para propor um jornalismo que mude a percepção do outro, do excluído, do criminalizado pelo sistema. O estudo trata da análise do mundo a partir do olhar do oprimido, do subjugado a partir da realidade Latino-Americana. O jornalismo libertador tem como elementos a análise do mundo pelo olhar do outro, é refletir a partir da percepção da comunidade, entender o contexto de surgimento da problemática e as suas consequências, é aprofundar no objeto; e ainda a mudança no conceito de fonte. No jornalismo libertador as pessoas são tratadas como pessoas, com nome e sobrenome.

Outro elemento é a reconstrução do jornalista como libertador, abstraído das bases funcionalistas e objetivistas. E isso é construir um pensamento pós-abissal. É se livrar das amarras do pensamento social moderno e se ater a uma alternativa que realmente possa estreitar as linhas abissais, fazendo com que esse tipo de movimento seja constituído como existente.

2.5 - RELAÇÃO COMUNICATIVA

No quinto movimento proposto por Motta (2007), a *relação comunicativa*, refere-se ao contrato cognitivo que se estabelece, ou não, entre um repórter e seu leitor por meio do

texto. “Na análise pragmática da narrativa a atenção desvia-se da relação narrador-texto para [...] o jogo entre as intencionalidades do narrador e as interpretações e reconhecimentos da audiência” (MOTTA, 2007, p. 161).

Para Mayara Rodrigues Gomes, o homem vive e se faz em comunidade, “é no social que esta deve realizar-se, levando em conta o desejo que é comum a todos [...]” (GOMES, 2002, p. 47). E é a partir do bem comum que o jogo de interesses e de forças age sobre as pessoas, e não se pode privilegiar nenhum dos lados para não haver desequilíbrio. “Quando damos ênfase ao coletivo, atitudes drásticas se veem justificadas; os legalismos, os totalitarismos encontram seu prato feito e as diferenças não só não são desrespeitadas como são objeto de expurgo” (GOMES, 2002, p. 47). Já o olhar voltado somente ao individualismo gera contradições, pois “o acordo de convivência se faz justamente no espaço em que se abdica de vontades particulares em prol do coletivo” (GOMES, 2002, p.47). Quando cada lado é disputado, os conflitos acontecem e se multiplicam, pois quando chega a este ponto, a norma não opera mais.

A autora afirma que o jornalismo nasce para equilibrar as relações entre o individualismo e o coletivismo. É função do jornalismo o cumprimento de “guardião do papel do Estado em sua parte do acordo paralelamente a uma vigília sobre as igualdades sociais” (GOMES, 2002, p. 58). Isso quer dizer que o jornalismo tem como preceito estabelecido nas democracias modernas a função de “fiscalizar” o Estado, apontando criticamente um eventual desequilíbrio entre as classes sociais. Contudo, para efetivar isso é preciso realizar um jornalismo abstraído de valores e julgamentos.

Este pensamento é amparado pela argumentação de Karam (1997) para quem toda matéria jornalística está naturalmente carregada de valores, os quais estão implícitos no jornalista a partir da sua história social, seja por meio da educação, do conhecimento acumulado e das relações interpessoais. Entretanto, não podem/devem ser explicitados por conta de valores éticos e morais. O leitor também tem seu histórico social acumulado e deve interpretar o que está sendo relatado, sem nenhuma influência política, ideológica ou social.

No caso desta pesquisa existe um objeto que efetiva o pensamento de Motta, ou seja, efetiva e explicita sua intensão de forma clara, muitas vezes agressiva. Nos textos do colunista Moacir Pereira é possível observar, como foi dito, a intensão de criminalizar a Ocupação Amarildo nos diferentes momentos que passou. Na nota intitulada “Invasões ilegais e políticas”, o colunista critica a ocupação chamando-a de “invasão” inúmeras vezes, diz que foi organizada por “políticos aproveitadores”, que a “invasão é ilegal às

margens da SC-401 para afrontar a ordem jurídica e as autoridades”. Afirma que as crianças são colocadas como escudo em caso de reintegração de posse e que “a cada dia surge uma nova barraca. Novas ações guerrilheiras estão programadas, segundo a prefeitura”. Como a prefeitura saberia de algo semelhante, ainda mais vindo do que ele chama de guerrilheiro? E termina ironizando que “só falta invadirem casas de verão no Norte da Ilha”. Neste texto é possível identificar preconceito e criminalização do movimento e de seus envolvidos. Na última frase, o tom de ironia aponta para criminalidade e a falta de respeito pelo bem alheio e fica implícito que os integrantes do acampamento “roubariam” alguém.

A expressão “criminosos”, inclusive, é recorrente nos textos do colunista. Na nota “Apoio”, diz: “Folheto que circula na internet e na Capital defende o fim da propriedade privada. Dá apoio à invasão criminosa na SC-401”. Em outra nota: “Invasão: a violência e os equívocos” ele também se refere à Ocupação como “invasão criminosa”.

Nas publicações do referido colunista é possível verificar o contrato cognitivo que existe com seus leitores. É clara a sua posição política e ideológica e existem pessoas que o leem e concorda com o seu pensamento. Além disso, existe também claramente uma posição preconceituosa e acusativa. Os integrantes da ocupação e os sem-terra em geral são taxados como criminosos, desocupados, baderneiros e interesseiros. Tal postura não é indicada, principalmente do ponto de vista ético. Segundo o Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros:

Art. 6º É dever do jornalista:

VIII - respeitar o direito à intimidade, à privacidade, à honra e à imagem do cidadão;

XI - defender os direitos do cidadão, contribuindo para a promoção das garantias individuais e coletivas, em especial as das crianças, dos adolescentes, das mulheres, dos idosos, dos negros e das minorias;

XIV - combater a prática de perseguição ou discriminação por motivos sociais, econômicos, políticos, religiosos, de gênero, raciais, de orientação sexual, condição física ou mental, ou de qualquer outra natureza. (FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS, 2007)

Como vimos, o jornalista deve respeitar os cidadãos, defender seus direitos para a promoção das garantias das minorias, combater a discriminação por motivos sociais e outros. Esse trecho foi destacado do Código de Ética para tratar do posicionamento do colunista no jornal estudado. A infração ao norteador da profissão no caso da Ocupação Amarildo é

evidente e preocupante. Que jornalismo é esse feito e lido pelas pessoas? E a que ponto está a construção do pensamento coletivo advindo de leitores deste tipo de matéria?

Segundo Karam (1997), quando se trata de liberdade de expressão é de se pensar que mesmo com inúmeros debates, códigos, conferências, estudos, etc, a ética profissional não impede e nem nunca impediu que os limites de pontos de vista e juízo de valores sejam ultrapassados. Mas, mesmo assim, é importante fazer uma reflexão sobre o assunto e suas consequências.

O código de ética do jornalismo atual se tornou quase que uma simples referência formal, “afastadas da convicção interior dos jornalistas ou efetivamente limitadas pelos vários interesses expressos pelos proprietários dos meios apesar da relativa boa vontade dos profissionais e de suas preocupações éticas” (KARAM, 1997, p. 58). Mas a consciência do que é a ética no desempenho profissional pode mudar a percepção e atuação pessoal, e alterar sua participação política no próprio jornalismo, produzindo assim um jornalismo mais justo.

É impossível falar o que quiser sobre tudo e todos sem assumir o compromisso das consequências dessa “liberdade” (KARAM, 1997, p.53). É preciso pensar que as pessoas também precisam expressar suas opiniões e que na dimensão público/privado existe ainda a liberdade do outro. Ou seja, o jornalista não poderia expressar tudo o que quisesse por conta do espaço do outro. Esse olhar vai ao encontro do jornalismo libertador defendido por Tavares (2004).

Estamos tratando de um caso que infringe este pressuposto. Segundo Cornu (1994, p.383), de acordo com o pensamento de Weber, é importante ter em mente a distinção entre uma ética no jornalismo de convicção, que resulta em crenças, e a ética da reponsabilidade,

que teria sempre em conta as consequências possíveis de uma opção ética ou política. No campo da informação essa distinção é útil, porquanto opera a separação entre um jornalismo de convicção, preocupado com a única missão de dizer e um jornalismo de responsabilidade, que relaciona a informação com as consequências de sua difusão, em particular com as repercussões com a vida física e a integridade moral das pessoas (CORNU, 1994, p.383).

Essa discussão pode levar à questão do interesse público. É do interesse das pessoas saber sobre a Ocupação Amarildo? É de relevância social saber se um “Folheto que circula na internet e na Capital defende o fim da propriedade privada. Dá apoio à invasão criminosa na SC-401”? Para a primeira pergunta a resposta é sim. A sociedade precisa saber sobre uma Ocupação que está ocorrendo na cidade, entretanto é preciso também saber

o porquê que isso aconteceu e acontece ainda nos dias de hoje. Não basta relatar o problema de forma preconceituosa colocando seus integrantes num lugar marginalizado. Já sobre a segunda pergunta, a resposta é não. Esse tipo de informação pode instigar um sentimento de revolta contra o movimento – muitas vezes por não saber a causa – além de alimentar que a ocupação é criminosa. Quem lê esse tipo de matéria e tem o pensamento um pouco conservador, já conclui que são um bando de criminosos, sim. Que querem “roubar” o bem alheio.

Karam (2004, p.86) acredita que o jornalismo é fonte de pesquisa histórica. É visto por historiadores, antropólogos e pesquisadores como “um testemunho do presente e das interpretações sobre ele”. Isso no caso estudado é uma informação preocupante, do ponto de vista que ao revisitar esse caso daqui a alguns anos um pesquisador pode imaginar que toda a sociedade pensava dessa forma. Sabe-se que existem leitores para esse tipo de publicação, inclusive se trata do maior jornal do estado e o de maior alcance.

Sabe-se também que o jornalismo superou seu papel social e se tornou indiscriminadamente um negócio. E negócios têm interesses. Nos casos das empresas de comunicação é explícita sua filosofia voltada para o mercado. “Nele, que inclui a notícia, publicidade e outras áreas, há o reconhecimento que existem princípios no âmbito específico da apuração e da sua divulgação”. (KARAM, 2004, p.92)

Segundo Cornu (1994), o jornalista é responsável pelo que escreve. Essa responsabilidade está embasada em distinguir o que deve realmente ser contado; relatar com veracidade os fatos; e ter consciência das consequências das suas publicações. A verdade deve estar atrelada à responsabilidade. Entretanto, a discussão em relação à verdade parece reunir em si a questão da objetividade e da subjetividade. Quando se usa de recursos subjetivos para narrar algum fato, o jornalista se torna o principal alvo de crítica e então a ética da informação é colocada em pauta. Ao citar Hubert Beuve-Méry, o autor defende que não existe objetividade no jornalismo, mas sim honestidade. A subjetividade do jornalista atua desde a escolha na produção do texto, das fontes e das orientações do meio de comunicação. Portanto, mesmo não havendo objetividade e imparcialidade, um bom jornalista deve seguir o conselho de Hubert Beuve-Méry e reportar os fatos com honestidade.

Karam entende que em casos como esse são utilizados recursos retóricos para manipular a informação e persuadir o leitor.

Assim se produzem muitos dos discursos na mídia que vão do viés de determinada pauta ao trabalho de opinião e interpretação em editoriais. Redobre-se, assim, a necessidade de revigorar conceitos como *compromisso* e *reponsabilidade social*, expressos tão claramente nos códigos de ética jornalística, estampados em outras dezenas de códigos éticos e deontológicos de empresas jornalísticas, manuais e outros documentos (KARAM, 2004).

Essa é uma prática preocupante do ponto de vista da democracia social. Mesmo com a internet enquanto espaço que possibilita novas formas de fazer jornalismo, o pensamento hegemônico pode estar usando a apropriação privada do pensamento individual para ocupar o espaço público das minorias (KARAM, 2004, p. 124).

2.6 - METANARRATIVAS

Por fim, o último movimento proposto por Motta (2007), a *metanarrativa*, propõe identificar o fundo moral e ético das narrativas. No caso estudado, foi identificada a dualidade entre o bem e o mal. Os integrantes e o próprio movimento de ocupação são colocados como os “maus” da história. Eles são taxados de oportunistas, criminosos, baderneiros e desocupados. Enquanto o proprietário é tido como vítima, os órgãos públicos são os reguladores da ordem e cumpridores da lei. Essa atitude, ou escolha editorial, consolida o sistema capitalista retratando movimentos sociais e seus integrantes de forma marginalizada. São mantidos nas periferias, calando-os e não permitindo representatividade da classe.

Mais uma vez recorreremos a Santos (2007) para tratar desta dualidade clara. Quando os personagens são polarizados, é efetivado da representação do pensamento abissal. Os integrantes da Ocupação são os marginalizados, os excluídos. Estes se encontram do outro lado da linha abissal. Já o proprietário e as instituições reguladoras estão deste lado da linha, representando o pensamento colonialista.

Contudo, como o autor sugere, é preciso superar esse pensamento. E, nesse caso, a primeira coisa a fazer é repensar como o jornalismo está sendo feito. É propor uma forma nova de ver e relatar o mundo. E para isso nos debruçamos novamente na teoria do jornalismo libertador de Tavares (2004), que reflete sobre o olhar pela perspectiva do outro, do que não-existe.

Cornu (1994, p. 415) aponta a importância da consciência da vulnerabilidade, pois “age como um sinal de respeito perante a integridade de uma pessoa.” Essa afirmativa pode ser um norteador para a construção de um jornalismo que não reproduza o pensamento hegemônico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: Superando a invisibilidade

A análise da narrativa do jornal Diário Catarinense sobre a cobertura da Ocupação Amarildo revelou uma postura conservadora e preconceituosa. A abordagem sobre os integrantes os colocaram no lugar de maus, oportunistas e criminosos. Enquanto isso, o proprietário do terreno às margens da SC-401 foi apresentado como uma vítima de um sistema que não tem domínio por rebeldes e esquerdistas. A dualidade entre o bem e o mal ficou explícita na nova narrativa.

Essa é uma postura preocupante da imprensa dada a sua influência na sociedade. O jornalismo possui um papel que está vinculado à construção de pensamento, à representação dos acontecimentos e ao conteúdo histórico. Como se pode observar, esses preceitos da profissão estão submissos a uma dominação dos meios de comunicação por parte do sistema capitalista, dos interesses políticos e econômicos dos grandes empresários.

Nesse caso, a imprensa e as notícias são elementos que reafirmam os embates da classe média com os movimentos sociais. O modo como esta cobertura foi realizada deixa claro o viés do veículo de comunicação e para quem está dirigindo a informação. Contudo, o processo informativo precisa seguir alguns requisitos para que obtenha uma isenção e possa ser referência para todas as classes. Um desses requisitos é de que a informação noticiosa seja de interesse público. Para alcançar esse fim, Chaparro (2007) definiu elementos determinantes, os chamados atributos de relevância para as notícias: atualidade, proximidade, notoriedade, conflito, conhecimento, consequências, curiosidade, dramaticidade e surpresa. Lage (2001) denomina como critérios de noticiabilidade itens semelhantes como o mesmo fim: proximidade, atualidade, identificação, intensidade, ineditismo e oportunidade. Entretanto Lage (2001) aponta que muitas vezes nas empresas de comunicação

esses fatos influem segundo a ordem de interesse de classe ou grupo dominante; secundariamente, operam ainda gostos individuais de pessoas que dispõem momentaneamente de algum poder, ou estratégias fundadas em avaliações prévias quanto a efeitos, consequências e desdobramentos de um fato noticioso (LAGE, 2001, p.94).

Nesse sentido é possível ver uma questão fragilizada no jornalismo regional. A desvinculação do jornalista de seus próprios interesses e do interesse do outro, ao produzir e publicar uma matéria. É importante, além de seguir os critérios ou atributos de notícias,

não se deixar levar pela influência do meio de comunicação de fugir do interesse público. É necessário desenvolver um pensamento crítico e fiel aos preceitos da notícia que interessa a todos.

Essa atitude reproduz o pensamento abissal, um jornalismo feito para beneficiar uma classe e, nesse caso, mantendo os movimentos sociais do outro lado da linha que divide o mundo entre o Norte, os colonizadores, e o Sul, os colonizados. Segundo Santos (2007), tudo que está do outro lado da linha é retratado como invisível, o que nos leva a acreditar que no caso da Ocupação Amarildo o movimento foi posto neste lugar e reproduzido como inexistente, foi retratado como falso e ilegítimo. Essa ideia é confirmada pelo autor quando afirma que o que está do outro lado da linha não pode existir neste lado, pois a linha abissal separa o verdadeiro do falso, o legal do ilegal.

O jornalismo feito pelo Diário Catarinense traduz também esse pensamento, pois a prática aplicada atualmente é ainda baseada nos preceitos da ciência moderna, pois entende que a notícia é uma mercadoria feita na prática, no imediatismo, em um modelo fixo. Para superar essa forma de fazer notícias e criar um jornalismo que pensa no outro e nos porquês dos fatos, Santos (2007) propõe confrontar a racionalidade da ciência moderna com o que ele chama de ecologia de saberes, a qual sugere o reconhecimento das pluralidades de conhecimentos e a interação entre elas.

Uma das formas de efetivar essa forma de pensar é a execução de um jornalismo libertador, na concepção de Elaine Tavares (2014). Para desenvolver esse jornalismo é preciso olhar o outro na perspectiva dele e tratar as fontes como sujeito e não como objeto, além de se reconstruir como jornalista, e ter controle sobre a objetividade e a subjetividade. “É certo que este é um grande desafio, porque estaremos sempre lidando com nossa bagagem cultural, ideológica e, às vezes, até com a falta dela” (TAVARES, 2014, p. 21). Esse jornalismo proposto contribui para a formação de conhecimento mais efetiva, visto que as notícias seriam mais honestas com as partes. A visão fiel do acampado no conflito, pela ótica do repórter, traria mais riqueza e veracidade para o texto, afinal seria transmitida a dor de não ter onde morar, a preocupação com a insalubridade do local e a força que rege eles quererem lutar por uma causa. Contudo, não é de interesse dos meios de comunicação ultrapassar o lucro e a ideologia dominante para criar conhecimento.

De acordo com Elaine Tavares (2004), um jornalismo pensado para essas minorias, para comunidades marginalizadas, não era praticado e nem estudado, pelo menos até 1967, quando Luiz Beltrão publicou sua tese de doutorado. No estudo, Beltrão trabalha a

comunicação dentro das comunidades feita pelos seus integrantes. Além disso, segundo Tavares, naquela época já existiam formas de intervenção da realidade dessas comunidades,

comunicadores, jornalistas e educadores populares, conscientes de estas manifestações são formas de expressão importantes e significativas, passam a trabalhar nas comunidades visando despertar as potencialidades de uma comunicação efetivamente popular [...] (TAVARES, 2004, p. 12).

A forma de pensar e as práticas profissionais no jornalismo são representações do pós-colonialismo na sociedade, o qual coloca os movimentos sociais e seus atores do lado Sul da linha abissal, mantendo-os invisíveis e não-existent. Segundo Santos (1988), a transgressão do paradigma epistemológico atual deveria ser para um conhecimento científico mais pluralista, levando em conta os diferentes saberes, o qual atuaria diretamente na transformação social. Ultrapassar esse paradigma no caso dos Amarildos seria o reconhecimento da existência da pobreza, de que vivemos em um sistema político e econômico cruel, onde só tem voz quem tem poder econômico.

Em *Sociologia das Ausências e das Emergências*, Santos (2002) denuncia que o pensamento moderno gerou uma razão indolente. Esta estabelece algumas monoculturas. A monocultura do saber está baseada unicamente na “ciência moderna e na alta cultura como critérios únicos de verdade” (SANTOS, 2002, p. 11). A monocultura do tempo linear é baseada na ideia de que a história tem sentido e direção únicos e conhecidos, sob a forma de progresso, modernização, desenvolvimento. Já a lógica da classificação social é baseada na monocultura da naturalização das diferenças, ou seja, as desigualdades são tidas como comuns e naturais. Estão incluídas nessa monocultura as classificações raciais e sexuais. A lógica da escala dominante aparece sob a forma do universal e do global, ou seja, o local não tem valor. E por fim, a lógica produtivista pela qual “o crescimento econômico é um objetivo racional inquestionável” (SANTOS, 2002, p. 12).

De maneira geral, a sociologia das ausências é a demonstração de que o que não existe é produzido assim. Olhando por essa ótica, a Ocupação Amarildo cabe principalmente na lógica de classificação social, pois os integrantes são pobres, sem emprego e moradia; e na lógica produtivista, afinal usam os recursos da lei e da reforma agrária para conseguir moradia. Assim, não fazem parte do jogo do consumo e da propriedade, e nem da produção e acúmulo de capital.

Para contrapor a sociologia das ausências, o autor propõe a sociologia cosmopolita, que pode levar à emancipação social por expandir o domínio das experiências possíveis.

Atua tanto nas possibilidades quanto nas capacidades, é exercida no campo das alternativas possíveis, por isso pode ser real; trabalha no campo do inconformismo das carências do sistema. A sociologia cosmopolita propõe construir novas formas de emancipação social. É por isso que essa seria uma alternativa para superar o pensamento abissal presente na sociedade, o qual invisibiliza grupos e movimentos.

Como forma contra hegemônica, o autor propõe o que chama de ecologias para que fenômenos sociais sejam identificados e reconhecidos. As ecologias são alternativas às monoculturas para promover, assim, visibilidades. A ecologia dos saberes trabalha a ideia de pluralismo dos conhecimentos além do conhecimento científico. A ecologia das temporalidades é uma alternativa contra a linearidade do tempo imposta pela modernidade.

A necessidade de tomarem conta estas diferentes concepções de tempo deriva do facto, salientado por Koselleck (1985) e por Marramao (1995), de que as sociedades entendem o poder a partir das concepções de temporalidade que nelas circulam. (SANTOS, 2002, p.15).

Santos (2002) ainda afirma que a ecologia dos reconhecimentos trata da lógica da classificação social. O princípio dessa lógica é a desqualificação que incide sobre os agentes sociais. A ecologia das trans-escalas é a lógica da escala global. Confrontando a sociologia das ausências à escala global, trata-se da desglobalização hegemônica do local. E a ecologia da produtividade que consiste no resgate e na valorização de sistemas de produção alternativos, como as organizações econômicas populares, as cooperativas, a economia solidária. Os integrantes da ocupação tinham como objetivo produzirem nas terras e trabalharem com sistema de produção alternativo.

Neste sentido, é necessário pensar em novos modos de fazer jornalismo para que de fato notícias e reportagens atuem como agentes transformadores da sociedade, não replicando a invisibilidade de grupos sociais e seus agentes.

Seguindo o raciocínio de Boaventura de Sousa Santos, podemos pensar que os sujeitos da Ocupação Amarildo fazem parte do grupo oprimido pelo sistema capitalista, visto a grande especulação imobiliária da cidade e dos altos custos com moradia, e ainda a precarização de empregos e salários. O apoio do MST na luta por um pedaço de chão foi fundamental para a conquista de uma mínima dignidade humana.

Uma técnica para a aplicação de um jornalismo que realmente seja transformador e libertário seria a interiorização da filosofia da libertação por parte dos meios e principalmente dos jornalistas. Esse pensamento dialoga com Boaventura de Sousa Santos visto que a filosofia da libertação de Enrique Dussel (1977) tem como objeto de estudo a

periferia do mundo. Trata do olhar crítico sobre mundo oprimido, sobre a mulher, o povo, os militantes, as minorias.

A filosofia da libertação pode ser uma alternativa para que as sociedades e os movimentos que não estão incluídos no sistema vigente sejam vistos e considerados. De modo geral, a filosofia da libertação trata do olhar sobre a periferia do mundo, dos países subdesenvolvidos e colonizados, dos povos oprimidos pelo sistema capitalista.

Por esta perspectiva podemos pensar no jornalismo como um instrumento para a aplicação de ideias que inclua as minorias, para a construção de um mundo sem as divisões que existem hoje. O Norte do mundo europeu e desenvolvido, e um Sul subserviente, explorado e subdesenvolvido. Para isso é necessário um enfrentamento dos elementos opressores do sistema vigente na comunicação, para um jornalismo que olhe para o outro e o sinta, lute por ele.

A Ocupação Amarildo e a forma como foi reportada pelo jornal Diário Catarinense, principalmente por colonistas, não foi e não vai ser o único movimento social alvo de opressão e julgamento. É papel social do jornalismo não reproduzir esse modo de contar uma história. Por trás de acontecimentos existem atores sociais e esses precisam ser vistos com um olhar para o outro.

O jornalismo enquanto atividade que lida com o cotidiano e com a realidade social, tem potencialidades revolucionárias e influenciadoras na vida das pessoas. E precisa seguir tal orientação para não se afastar desse fim.

Com relação aos movimentos sociais, a invisibilidade precisa ser ultrapassada. O jornalismo necessita de recursos para aplicar outro modo de abordar a sociedade e seus grupos. A ecologia dos saberes pode auxiliar na construção de uma nova forma de estudar e fazer jornalismo. A ecologia das temporalidades e dos reconhecimentos podem juntas contribuir para um jornalismo que construa um pensamento onde não existem diferenças sociais e hierarquias. E a ecologia de produtividade pode ajudar a combater o sistema de produção baseado exclusivamente no consumo e na propriedade.

Em suma, a pesquisa analisou matérias e opiniões publicadas no jornal Diário Catarinense e podemos considerar que a forma como foi retratada a Ocupação, os integrantes, os representantes e o movimento dos sem-terra, aponta para a invisibilidade social. Como alternativa para este fato, propõe-se um jornalismo que integre as pessoas na sociedade, um jornalismo transformador e libertário. Para isso a sociologia das ausências e das emergências teorizadas por Boaventura de Sousa Santos (2002) podem ser vistas como uma perspectiva para esse jornalismo, por expandir o espaço das novas experiências.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Talita. **As 15 cidades mais caras para viver no Brasil**. EXAME.COM. Editora Abril. Online. Disponível em: <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/as-cidades-mais-caras-para-viver-no-brasil> Acesso:17 mai 2016.

ALVES, Eliseu. et. al. Êxodo e sua contribuição à urbanização de 1950 a 2010. **Revista de Política Agrícola (Embrapa)**. Ano XX – nº 2 – Abr./Maio/Jun. 2011. pp.80-88. Disponível em: <http://www.alice.cnptia.embrapa.br/bitstream/doc/910778/1/Exodoesuacontribuicao.pdf> Acesso em: 12 nov. 2016.

AMATO NETO, João. A indústria de máquinas agrícolas no Brasil: origens e evolução. **Rev. adm. empres.**, São Paulo , v. 25, n. 3, p. 57-69, Sept. 1985 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-. Acesso em: 13 nov. 2016.

BRASIL. IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, 2013**. Segurança Alimentar. IBGE, 2014 Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/imprensa/ppts/00000020112412112014243818986695.pdf>. Acesso em: 17 mai 2016.

_____. Código Civil (2002). **Código civil brasileiro e legislação correlata**. 2. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 616 p.

_____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Exportação**. Brasília, 2016. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/vegetal/exportacao>. Acesso em: 17 mai 2016.

CALMON, Daniela Pessoa de Goes; PINTO, David Bachmann. A função social da propriedade e os conflitos sobre a terra ou a função social da terra e os conflitos sobre a propriedade. **Anais das XII e XIII Jornadas de Iniciação Científica da Faculdade de Direito da UFPR. Curitiba: Grupo PET Direito, Centro Acadêmico Hugo Simas**, p. 107-148, 2012.

CASTRO, Thainá Lima Bittencourt De. O direito à propriedade em face da função social: indivíduo x sociedade. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XIV, n. 94, nov 2011. Disponível em: http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=10766. Acesso em 13 out 2016.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Pragmática do jornalismo: buscas práticas para uma teoria da ação jornalística**. 3. ed. rev. São Paulo: Summus, 2007. 162p.

COSTA, Bianca Queda; FLORES, Giovanna Benedetto. Somos todos amarelo: O discurso jornalístico do Diário Catarinense e da Gazeta da Ocupação. **Revista Científica Ciência em Curso**, [S.l.], v. 4, n. 2, p. 97-108, dez. 2015. ISSN 2317-0077. Disponível em: <http://portaldeperiodicos.unisul.br/index.php/ciencia_curso/article/view/3381/2434>. Acesso em: 09 out. 2016.

CORNU, Daniel. **Jornalismo e verdade. Para uma ética da informação**. Lisboa: Instituto Piaget, 1994. 468p.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. **Rev. Perspectivas**. São Paulo, v. 22, p. 41-59. 1999. Disponível em: <http://piwik.seer.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2087/1709>. Acesso em: 13 nov. 2016.

DEROSA, Cristian Madalena. **O discurso das mudanças climáticas no Diário Catarinense**. 2013. 123 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina,

Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2013.

CRUZ, Dulce Márcia. **Televisão e negócio: a RBS em Santa Catarina.** Florianópolis-Blumenau, Editora da UFSC – Editora da FURB, 1996.

GENRO FILHO, Adelmo. **O segredo da pirâmide: para uma teoria marxista do jornalismo.** 2a impr. Porto Alegre: Ortiz, 1989. 230p.

GOMES, Ivana Maria Farias. **Acampamento Manoel Alves Ribeiro: uma saída para o desemprego?** Florianópolis, 2005. 1 v. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Ética e jornalismo: uma cartografia dos valores.** 2. ed. São Paulo: Escrituras, 2002. 93p.

FEDERAÇÃO NACIONAL DOS JORNALISTAS. **Código de Ética do Jornalista Brasileiro.** Brasília: Fenaj, 2007. Disponível em: http://www.sinjope.org.br/download/codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso em: 21 out 2016.

IJUIM, Jorge Kanehide. Ciência e Jornalismo: Apontamentos Sobre as Ideias de Boaventura de Sousa Santos para a Compreensão do Jornalismo. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura.** [S.l.], n. 7, jul. 2014. ISSN 2238-0701. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/acaomidiatica/article/view/36297/22922>. Acesso em: 16 mai 2016.

KARAM, Francisco José Castilhos. **A ética jornalística e o interesse público.** São Paulo: Summus, 2004. 274p.

_____. **Jornalismo, ética e liberdade.** São Paulo: Summus, 1997. 149p.

LAGE, Nilson. **Ideologia e técnica da notícia.** 3.ed. Florianópolis: Insular: Ed. da UFSC, 2001. 158p.

LAGO, Claudia; BENETTI, Marcia. **Metodologia de pesquisa em jornalismo.** Petropolis: Vozes, 2007. 286p.

LISBOA, Teresa Kleba. A luta dos sem terra no oeste catarinense. **Revista Katálysis,** Florianópolis, n. 1, p. 104-127, jan. 1997. ISSN 1982-0259. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/katalysis/article/view/5415/4770>. Acesso em: 13 nov. 2016.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TERRA. **A história da luta pela terra.** Disponível em: <http://www.mst.org.br/nossa-historia/>. Acesso em: 16 mai 2016.

REIS, Rossana Rocha. O direito à terra como um direito humano: a luta pela reforma agrária e o movimento de direitos humanos no Brasil. **Lua Nova,** São Paulo, n. 86, p. 89-122, 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452012000200004&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 16 mai 2016.

SANTOS, Boaventura Sousa. Do pós-moderno ao pós-colonial. E para além de um e outro. In: **VIII CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS.** 2004, Coimbra. Disponível em: http://www.ces.uc.pt/misc/Do_pos-moderno_ao_pos-colonial.pdf. Acesso em: 16 mai 2016.

_____. Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n. 78. 2007. Disponível em: <http://rccs.revues.org/753>. Acesso em: 17 mai 2016.

_____. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências, **Revista Crítica de Ciências Sociais**, 63, 2002. Disponível em: <http://rccs.revues.org/1285>. Acesso em: 15 abr 2016.

_____. Um discurso sobre as ciências na transição para uma ciência pós-moderna. **Estud. av.**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 46-71, ago. 1988. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141988000200007&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 9 jun 2016.

SILVA, Sara Maria de Andrade. A 'sociologia das ausências' como uma nova racionalidade para o conhecimento breves considerações sobre o campo da mídia e do direito como monoculturas hegemônicas. **Revista da FARN**, Natal, v. 6, n.1/2, p. 21-32, jan./dez. 2007. Disponível em: <http://www.revistaunirn.inf.br/revistaunirn/index.php/revistaunirn/article/viewFile/119/133>. Acesso em: 19 jun2016.

TAVARES, Elaine. **Jornalismo nas margens: uma reflexão sobre comunicação em comunidades empobrecidas**. Florianópolis: Companhia dos Loucos, 2004. 46p.

MATÉRIAS CONSULTADAS

- BACELO, Joice. Os rumos da invasão. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 14 abr. 2014. Reportagem especial, p. 4-5.
- COM as próprias mãos. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 22 abr. 2014. Opinião da RBS, p. 10.
- DIOGO VARGAS. Amarildo é chique. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 23 jan. 2014. Coluna do Visor. p. 3.
- GRUPO invade área no Norte da Ilha. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17 dez. 2013. Geral, p. 28.
- HANGAI, Luiz Antônio. Ao menos 120 acampados recebem benefícios sócias. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 25 jan. 2014. Política, p. 8.
- _____. Dois meses para a desocupação. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 8 fev. 2014. Reportagem especial, p. 4.
- MOACIR PEREIRA. Invasão. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 08 fev. 2014, p. 12.
- _____. Invasões ilegais e políticas. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 21 jan. 2014, p 10.
- _____. Invasões e os precedentes. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 7 fev. 2014, p 10.
- _____. Invasão: a violência e os equívocos. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 8 fev. 2014, p 10.
- _____. Índio fajuto. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17 abr. 2014, p. 6.
- PREFEITO de Águas Mornas se diz descontente com mudança da Ocupação Amarildo para o município. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 04 jul. 2014. Disponível em: <http://dc.clicrbs.com.br/sc/noticias/noticia/2014/07/prefeito-de-águas-mornas-se-diz-descontente-com-mudança-da-ocupação-amarildo-para-o-município401-4419784.html>. Acesso em: 03 ago. 2016.
- RAFAEL MARTINI. Amarildo é chique. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 24 jan. 2014. Coluna do Visor. p. 3.
- RINALDI, Mayara. Número de pessoas cai de 750 para 150. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 17 abr. 2014. Política, p. 6.
- SILVA, Anderson; et al. Che Rui: Sonho revolucionário, família no font e música de Raul. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 27 abr. 2014. Geral, p. 34-35.
- UM vácuo preocupante. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 21 abr. 2014. Opinião da RBS, p. 12.

VARGAS, Diogo; MICHEL, Thomas. Capítulos de uma reação inesperada. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 22 abr. 2014. Reportagem especial, p. 4-5.

WOLF, Gabriela. Ocupação vai para Canoinhas. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 15 mai. 2014. Geral, p 30.

_____. Famílias querem Reforma Agrária no Norte da Ilha. **Diário Catarinense**, Florianópolis, 21 jan. 2014. Geral, p. 20.

APÊNDICE

A seguir as fotografias das páginas das matérias consultadas nesta pesquisa.